

Rosemar da Silva

**PROJETO FORTALEZAS DA ILHA DE SANTA CATARINA:
UMA AÇÃO DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Universitária.

Orientadora: Prof^a. Carla Cristina Dutra Burigo, Dr^a.

Florianópolis
2015

S586p Silva, Rosemar da
Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: uma ação de gestão universitária / Rosemar da Silva; orientadora, Carla Cristina Dutra Burigo. - Florianópolis, SC, 2015.
122 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico. Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Administração Universitária.

Inclui referências

1. Projeto fortalezas. 2. Extensão universitária. 3. Gestão Universitária. I. Burigo, Carla Cristina Dutra. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária. III. Título.

CDU 35

Rosemar da Silva

**PROJETO FORTALEZAS DA ILHA DE SANTA CATARINA:
UMA AÇÃO DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Universitária.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2015.

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração
Universitária
Prof. Pedro Antônio de Melo, Dr.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Carla Cristina Dutra Burigo, Dr^ª.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

Prof. Cláudio José Amante, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

Prof^ª. Eunice Sueli Nodari, Dr^ª.
Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

Prof. Luís Moretto Neto, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

Prof. Mário de Souza Almeida, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

Ao meu pai, José da Silva (*in memoriam*) e a minha mãe, Maria Francisca da Silva, pelo amor dedicado a mim e pelo apoio incondicional em todos os momentos importantes da minha vida.

Ao meu esposo, João Otaviano Ramos e a minha filha, Elisa Silva Ramos, cuja presença me fortalece a cada dia, frutos de um amor sem fim.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir a vida e o apoio da grande família espiritual, me dando inspiração e força para alcançar o fim almejado.

A minha família terrena, cuja presença em minha vida me proporciona a paz e a segurança necessárias à minha caminhada em busca do meu aprendizado.

As minhas amigas, companheiras de estudo, Sandra Pereira e Ana Moraes, irmãs de coração, cuja lealdade e amor nunca me deixaram fraquejar, tornando a caminhada sempre alegre e obstinada.

A minha orientadora, Prof^a. Carla Cristina Dutra Burigo, pelo exemplo de pessoa e de profissional, por sua amizade, dedicação em todos os momentos durante o desenvolvimento deste Estudo, me permitindo um novo olhar sobre a Gestão Universitária e de poder contribuir quiçá para o fortalecimento da Extensão Universitária e da Cultura na UFSC.

A UFSC por me proporcionar e permitir a minha participação neste Mestrado, oportunizando o meu desenvolvimento profissional.

Aos meus amigos da Secretaria de Cultura da UFSC, que sempre me apoiaram e contribuíram na construção deste Trabalho, sintam-se referenciados com o mais profundo afeto e o carinho que tenho por vocês.

Aos gestores, sujeitos da pesquisa, que me receberam com carinho e prontamente concederam a entrevista, tenho a certeza da importância de suas contribuições enriquecedoras ao meu Trabalho.

Aos membros da Banca Examinadora, em colaborar para a melhoria deste Estudo.

Aos queridos colegas de Turma, cuja relação em sala de aula e nos momentos de confraternização, enriqueceram a minha vida com momentos de extrema alegria e companheirismo.

Na vida, não vale tanto o que temos, nem tanto importa o que somos.

Vale o que realizamos com aquilo que possuímos e, acima de tudo, importa o que fazemos de nós!

(Chico Xavier)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender como se constitui o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina como atividade de extensão e sua inter-relação com as atividades de ensino e de pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina, a partir do olhar dos seus gestores. Esta pesquisa caracteriza-se por um estudo de caso, de natureza qualitativa, tendo como fonte de informações as entrevistas semiestruturadas realizadas com os gestores envolvidos no processo de desenvolvimento da atividade de extensão e cultura na UFSC dos últimos dez anos e em efetivo exercício por ocasião da coleta de informações. Os gestores entrevistados afirmaram que reconhecem a importância do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, como atividade de extensão sendo fonte de estudos nas mais diversas áreas do ensino, pesquisa, extensão e como potencializadora do papel social da Universidade. Porém, apontam que pela pouca visibilidade e a ausência de uma Política de Gestão que promova a integração destas áreas, limita a consolidação do Projeto Fortalezas como um espaço que se destine também ao desenvolvimento de atividades acadêmicas. Para os gestores a Extensão Universitária não é compreendida como uma prática de gestão, integrada as atividades de ensino e pesquisa ligada a própria missão da Universidade como instituição social, tendo um compromisso efetivo com a sociedade. Quanto à Política Institucional de Extensão os resultados da pesquisa apontam uma fragilidade da sua constituição. O Estudo evidencia uma contradição a ser superada, ou seja, os gestores, ao mesmo tempo que potencializam o Projeto Fortalezas como uma atividade acadêmica, esta atividade é negada por falta de uma ação de gestão universitária. Neste contexto, por falta de uma Política Institucional, o Projeto Fortalezas representa uma ação de cultura disassociada das atividades acadêmicas, na sua essência.

Palavras-chave: Projeto Fortalezas. Extensão Universitária. Gestão Universitária.

ABSTRACT

The present research has the objective to understand how the Project of the Santa Catarina Island Fortresses constitutes itself as an activity of extension and its interrelation with the activities of teaching and research in the Federal University of Santa Catarina, from the look of its managers. This research is characterized by a case study, of qualitative nature, having as source of information the semistructuralized interviews carried out with the involved managers in the process of development of the activity of extension and culture in the UFSC of the last ten years and in effective exercise in the occasion of the information collect. The interviewed managers affirmed that they recognize the importance of the Project of the Santa Catarina Island Fortresses, as an activity of extension being a source of studies in the most diverse areas of teaching, research and extension and as a potentializer of the social paper of the University. However, they point out that the small visibility and the absence of a Management Policy that promotes the integration of these areas, limits the consolidation of the Fortresses Project as a space that destines itself as well to the development of academic activities. For the managers the University Extension is not understood as management practice, integrated to the activities of teaching and research linked to the University's own mission as a social institution, having an effective commitment to the society. As for the Institutional Policy of Extension, the results of the research point to a fragility in its constitution. The study evidences a contradiction to be overcome, that is, the managers, at the same time that they potentialize the Fortresses Project as an academic activity, this activity is denied for lack of a university management practice. In this context, for lack of an Institutional Policy, the Fortresses Project represents a culture practice dissociated from the academic activities, in its essence.

Keywords: Fortresses Project. University Extension. University Management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Caminho Teórico proposto para este Estudo.	26
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População da Pesquisa	71
Quadro 2 - Potenciais Participantes da Pesquisa.....	72
Quadro 3 - Sujeitos Participantes da Pesquisa	72
Quadro 4 - Categorias e Conteúdos Base.....	73
Quadro 5 - Caracterização dos Entrevistados	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APA** - Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim
BU - Biblioteca Universitária
CA - Colégio de Aplicação
CBEU - Congresso Brasileiro de Extensão Universitária
CCA - Centro de Ciências Agrárias
CCB - Centro de Ciências Biológicas
CCE - Centro de Comunicação e Expressão
CCJ - Centro de Ciências Jurídicas
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CCP - Coordenadoria de Capacitação de Pessoas
CDS - Centro de Desportos
CED - Centro de Ciências da Educação
CFH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFM - Centro de Ciências Físicas e Matemáticas
CNPI - Conselho Nacional de Proteção aos Índios
CODAE - Coordenação das Atividades de Extensão
CRUTAC - Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária
CSE - Centro Socioeconômico
CTC - Centro Tecnológico
DAC - Departamento Artístico Cultural
DAEX - Departamento de Apoio a Extensão
DEATUR - Departamento Autômato de Turismo do Estado de Santa Catarina
EXTENSIO - Revista Eletrônica de Extensão
EXUNI - Programa de Extensão Universitária
ForGrad - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação
FORPROEX - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
IES - Instituição de Ensino Superior
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPUF - Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis
LABSOLAR - Laboratório de Energia Solar
LCMM - Laboratório de Cultivo de Moluscos Marinhos
LED - Laboratório de Ensino a Distância
MEC - Ministério da Educação
NDI - Núcleo de Desenvolvimento Infantil

NEA - Núcleo de Estudos Açorianos
NEMAR - Núcleo de Estudos do Mar
NETI - Núcleo de Estudos da Terceira Idade
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PDI - Programa de Desenvolvimento Institucional
PNE - Plano Nacional de Educação
PPGAU - Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária
PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PRCE - Pró-Reitoria de Cultura e Extensão
PROAD - Pró-Reitoria de Administração
PROBOLSAS - Programa de Bolsas de Extensão
PROCULTURA - Programa de Apoio a Ações de Cultura
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão
PROEXT - Programa de Extensão Universitária
PROEXTE - Programa de Fomento a Extensão Universitária
PROEXTENSÃO - Programa de Apoio a Projetos de Extensão
PROFOR - Programa de Formação Continuada para Professores da UFSC
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação
PROPESQ - Pró-Reitoria de Pesquisa
PROPG - Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
REUNI - Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SC - Santa Catarina
SEAI - Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional
SeCArte - Secretaria de Cultura e Arte
SeCult - Secretaria de Cultura
SEEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEGESP - Secretaria de Gestão de Pessoas
SEPEX - Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão
SESu - Secretaria de Educação Superior
SEURS - Seminário de Extensão Universitária da Região Sul
SINTER - Secretaria de Relações Internacionais
SIRAEX - Sistema de Registro de Ações de Extensão
SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPI - Serviço de Proteção aos Índios
TAE - Técnico Administrativo em Educação
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	23
2 O PROJETO FORTALEZAS DA ILHA DE SANTA CATARINA	29
2.1 AS FORTIFICAÇÕES	38
2.1.1 Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim	38
2.1.2 Fortaleza de São José da Ponta Grossa	41
2.1.3 Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos	43
2.2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	45
2.3 A SECRETARIA DE CULTURA.....	48
3 UNIVERSIDADE	53
4 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	57
4.1 POLÍTICA PÚBLICA DE EXTENSÃO.....	58
4.2 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE EXTENSÃO	64
5 CAMINHO METODOLÓGICO	69
5.1 TIPO E NATUREZA DO ESTUDO	69
5.2 SUJEITOS DA PESQUISA	70
5.3 COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	73
6 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS.....	77
6.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	77
6.2 ESTUDO DOS RELATOS DOS ENTREVISTADOS.....	78
6.2.1 O Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina/UFSC	78
6.2.2 Universidade	83
6.2.3 Extensão Universitária.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	97
ANEXOS	107
ANEXO A - Mapa de localização das Fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Ratonos	109
ANEXO B - Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim	111
ANEXO C - Fortaleza de São José da Ponta Grossa.....	113

ANEXO D - Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos	115
ANEXO E - Organograma – Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina	117
APÊNDICE.....	119
APÊNDICE A - Instrumento de Coleta de Informações	121

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O interesse por esse tema de Estudo o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: uma Ação de Gestão Universitária, para o desenvolvimento da presente Dissertação, surgiu quando no desempenho da função de Assistente (UFSC, 2015a) da extinta Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que buscava atender as demandas administrativas e financeiras do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, a esta época diretamente vinculado ao Gabinete do Pró-Reitor (UFSC, 2004).

O Projeto Fortalezas foi criado em 1989 e tem por objetivo gerenciar, manter e restaurar as fortificações de Santa Cruz de Anhatomirim¹, Santo Antônio de Ratonés² e São José da Ponta Grossa³, localizadas na Barra Norte da Ilha de Santa Catarina. Vide ANEXO A - Mapa de localização das Fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Ratonés. Valioso patrimônio da arquitetura militar do Século XVIII restaurados por meio de uma ação conjunta com o Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN) e a Fundação Banco do Brasil e que tem a Universidade como sua mantenedora (UFSC, 2014a). Para Tonera; Oliveira; Bulhões (2011, p. 33) esta iniciativa foi, “[...] pioneira e singular no Brasil: uma universidade mantenedora de três fortificações históricas”.

Com formação acadêmica na área de Pedagogia há muito venho percebendo o potencial educacional destas fortificações em prol do ensino, da pesquisa e do fortalecimento da extensão universitária na UFSC.

Nestes vinte e seis anos do Projeto Fortalezas várias escunas operam no transporte de milhares de turistas até as fortificações, gerando emprego e renda às comunidades litorâneas da Ilha de Santa Catarina (UFSC, 2014a). Neste contexto, corroboro com Silva (2000, p. 14), quando afirma que é preciso pensar as Fortalezas “[...] não mais e tão somente como monumentos históricos a serem preservados e

¹ Santa Cruz de Anhatomirim - Sua construção teve início em 1739, concluída em cinco anos e aberta para visitação pública em 1984 (ALVES, 2010).

² Santo Antônio de Ratonés - Sua construção teve início em 1740, concluída em quatro anos e aberta para visitação pública em 1991 (ALVES, 2010).

³ São Jose da Ponta Grossa - Sua construção teve início em 1740, concluída em quatro anos e aberta para visitação pública em 1992 (ALVES, 2010).

conservados para objeto de curiosidade turística”, mas também como um espaço educacional complementar as atividades acadêmicas da UFSC bem como atender a outros níveis de ensino.

Penso que por meio de ações extensionistas coordenadas e estabelecidas a partir das atividades acadêmicas de ensino e da pesquisa, as Fortalezas podem ser situadas como espaço de aprendizagem onde o aluno possa se apropriar da história de Santa Catarina, no contexto materializado da preservação marinha, da preservação arquitetônica, do desenvolvimento da pesquisa arqueológica, da realização de atividades artístico-culturais e da ampliação de parcerias científicas e técnicas com outras instituições gestoras de fortificações e/ou outros bens culturais relativos ao patrimônio.

A partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e regulamentado pelo Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2001), a participação do estudante nas ações de extensão universitária deve estar sustentada por meio de iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integração de créditos logrados nas ações de extensão universitária. Desta forma, fica instituído pelo PNE (BRASIL, 2001) ser responsabilidade da universidade reservar um mínimo de 10% do total de créditos, para atuação dos estudantes em atividades de extensão.

Para o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX⁴ (2012) as ações de extensão quando relacionadas ao ensino e a pesquisa criam uma nova concepção de sala de aula, que não se limita apenas aos espaços da universidade, mas sim a todos os espaços, dentro e fora da universidade. Para o FORPROEX (2012, p. 18) é nesta multiplicidade de espaços, “[...] que se aprende e se (re) constrói o processo histórico-social [...]”. É por meio desta indissociabilidade⁵ entre o ensino, a pesquisa e a extensão que o estudante tem possibilidades concretas de ser o protagonista de sua formação, na inter-relação entre a teoria e a prática.

⁴ O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometido com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia (FORPROEX, 2001).

⁵ Princípio relativo ao ensino superior previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988, Art. 207): “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, inicialmente busquei no Catálogo *Pergamum* da Biblioteca Universitária (BU) (UFSC, 2015f), porém não encontrei nenhuma pesquisa em nível de mestrado ou doutorado que abordasse sobre o Projeto Fortalezas e sua inter-relação com as atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão).

Isto posto, como aluna pós-graduanda do Programa de Mestrado em Administração Universitária (PPGAU), vinculado a linha de Pesquisa Universidade e Sociedade, almejo que os resultados desta pesquisa possam quicá contribuir para a reflexão sobre o Projeto Fortalezas como atividade de extensão e sua inter-relação com as atividades acadêmicas de ensino e pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina, a partir do olhar dos seus gestores.

Para tanto, delineei como pergunta do presente Estudo: Como se constitui o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina como atividade de extensão e sua inter-relação com as atividades de ensino e de pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina, a partir do olhar dos seus gestores?

Para o desenvolvimento da minha pesquisa tracei os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

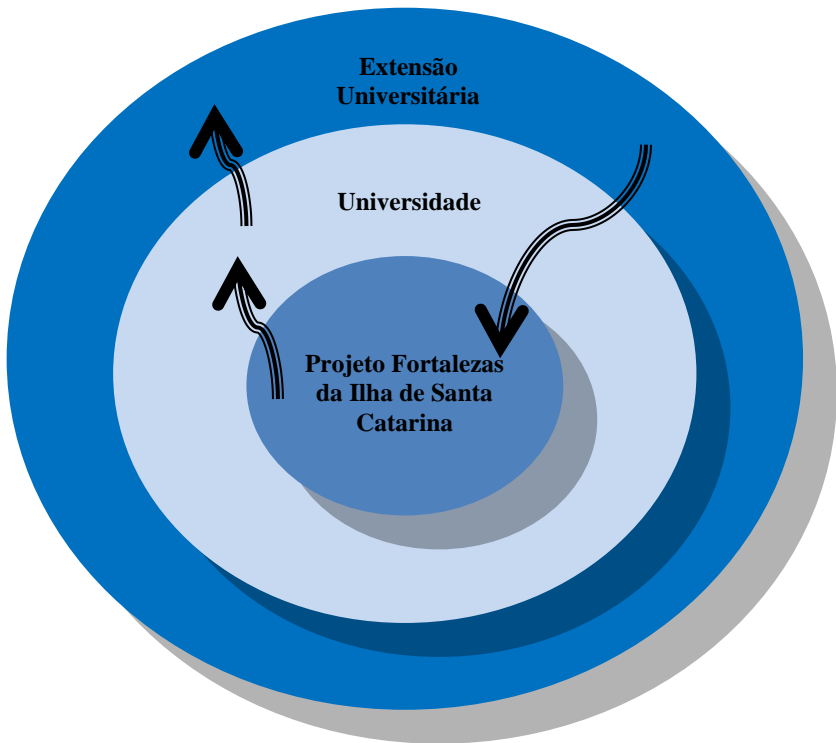
Compreender como se constitui o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina como atividade de extensão e sua inter-relação com as atividades de ensino e de pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina, a partir do olhar dos seus gestores.

Objetivos Específicos:

- a) Resgatar o conhecimento histórico e de desenvolvimento Institucional do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, como projeto de extensão;
- b) Verificar como se constitui a vinculação do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina com as atividades de extensão, pesquisa e ensino na Universidade Federal de Santa Catarina; e,
- c) Propor ações para o fortalecimento das relações de vinculação do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina com as atividades acadêmicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Com vistas a atingir os objetivos inicialmente propostos, estruturei este Estudo partindo da minha realidade concreta, ou seja, o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina como atividade de extensão da UFSC, investigando a seguir a concepção de Universidade e seu processo de gestão, bem como a Extensão Universitária e sua inter-relação com as Políticas Públicas e Institucionais. Para, finalmente, voltar ao ponto de partida, com vistas a propor ações para o fortalecimento da vinculação do Projeto Fortalezas às atividades acadêmicas da UFSC. Isto posto, vide Figura 1 - Caminho Teórico proposto para este Estudo.

Figura 1 - Caminho Teórico proposto para este Estudo



Fonte: Desenvolvido pela Autora.

Com a finalidade de apresentar o estudo realizado sobre o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: uma Ação de Gestão Universitária, a presente Dissertação está organizada em 06 (seis) capítulos. Na primeira parte, concluída no Capítulo 01, Considerações Iniciais – foram apresentadas a contextualização desta Pesquisa no cenário histórico, cultural e acadêmico da UFSC, apresentando a justificativa de sua problemática, bem como, o objetivo geral e os objetivos específicos. Por se tratar de projeto de extensão desde a sua origem, expresso na linha trajetória da Extensão Universitária, como sendo o fio condutor para integração do Projeto Fortalezas, enquanto patrimônio público, as atividades acadêmicas da UFSC.

Capítulo 02, Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina - Parto do que tenho de mais concreto, o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, sua finalidade e objetivos, os aspectos históricos, políticos e sociais da construção das Fortificações de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonas e de São José da Ponta Grossa. A seguir apresento a Universidade Federal de Santa Catarina e a Secretaria de Cultura, onde este Projeto está inserido.

Capítulo 03, Universidade - Situo a Instituição Universidade, o seu processo histórico de desenvolvimento e contextualizo a prática da gestão na inter-relação com as atividades acadêmicas.

Capítulo 04, Extensão Universitária - Apresento um olhar sobre as Políticas Públicas e Institucionais de Extensão Universitária, tendo como eixo norteador o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Capítulo 05, Caminho Metodológico - Descrevo o Caminho Metodológico percorrido na pesquisa, apontando o tipo e natureza deste Estudo, os sujeitos envolvidos na delimitação da população e o processo de coleta e análise das informações.

Capítulo 06, Análise das Informações Coletadas - Busco analisar as informações coletadas à luz do referencial teórico deste Estudo.

E, finalmente, nas Considerações Finais, voltando ao ponto de partida deste Estudo, contextualizo o meu olhar, pontuando os aspectos mais relevantes e apontando algumas sugestões, com vistas a propor reflexões, acerca do fenômeno em estudo, ou seja, Projeto Fortalezas como atividade acadêmica.

2 O PROJETO FORTALEZAS DA ILHA DE SANTA CATARINA

As fortificações em Santa Catarina datam do Século XVIII. O Brigadeiro José da Silva Paes⁶, engenheiro militar português, então Governador de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina (SC), iniciou a construção destas fortificações a partir de 1739 com o objetivo de impedir a entrada de navios estrangeiros que aportavam na Colônia a caminho das riquezas da Bacia do Rio da Prata⁷.

Para Machado (1994, p. 17) “[...] no litoral sul, o único porto seguro e com capacidade de receber muitas frotas era a ilha de Santa Catarina”. Da Ilha para o sul, sucedem-se inúmeros costões de pedra, com extensas praias desprovidas de abrigo, não existindo bons portos.

A Ilha de Santa Catarina, à época, localizava-se entre a capital do Vice-Reino, Rio de Janeiro e a região do Rio da Prata, consolidando-se como importante posto estratégico militar, sendo o porto seguro onde as embarcações poderiam se reabastecer de água, víveres e lenha, e receber reparos. Para garantir a posse da terra era necessário povoá-la sendo que, entre 1748 e 1756, mais de seis mil imigrantes portugueses vindos dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira chegaram ao sul do Brasil (CABRAL, 1970).

De acordo com Toner (2010) o litoral de Santa Catarina chegou a possuir mais de duas dezenas de fortificações, sendo que três em especial formavam o triângulo de fogos, constituído pela Fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim, pelo Forte de São José a oeste da Praia de Jurerê e pelo Forte de Santo Antônio na Ilha de Ratonés Grande, que impediam a entrada de embarcações pela barra norte. Pela barra sul, foi projetada a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, na ilha de Araçatuba (localizada no município de Palhoça/Santa Catarina). Segundo Cabral (1970) a capacidade bélica destas fortificações não

⁶ José da Silva Paes (1679-1760), engenheiro militar, veio ao Brasil como executor dos planos de fortificações do Rio de Janeiro, Santos, Colônia do Sacramento e Continente do Rio Grande (PIAZZA, 1983).

⁷ Território Uruguaio, onde em 1680 foi fundada pelos portugueses a Colônia do Santíssimo Sacramento, sendo um importante ponto de apoio para um intenso comércio de contrabando em área espanhola (CABRAL, 1970).

impediu que em 1777 a Espanha, com uma frota de 100 navios e 12.000 homens tomasse sem resistência as fortalezas⁸.

Um ano mais tarde a Espanha devolve as fortificações para a Coroa Portuguesa. Dá-se então o início do abandono e a ruína destes monumentos históricos. “Os fortes e fortalezas sobreviventes chegaram a 1970 arruinados, depredados e invadidos por mato ou por favela. Os únicos tombados pelo SPHAN⁹, até essa época, eram a Fortaleza de Santa Cruz e os Fortes de São José, de Santo Antônio [...]” (MACHADO, 1994, p. 27).

Duzentos e cinquenta anos após o início da construção destas fortificações, a Universidade Federal de Santa Catarina, em 1979, assume a tutela da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim e em 1984 abre para a visitação pública (TONERA, 2010).

Queiroz (2001, s/p), manifesta a dimensão que o Projeto Fortalezas representava à época:

Era com orgulho que ciceroneava os convidados da Universidade às Fortalezas, nessas e outras ocasiões, certo de proporcionar-lhes uma visão esplendorosa da extensão universitária em toda a plenitude de seu alcance social. Pela mesma razão promovi com alguma frequência reuniões de estudo e trabalho em Anhatomirim com os demais dirigentes universitários, para que se envolvessem na compreensão real do caráter aberto da Universidade como agente promotor do desenvolvimento da cidade e da região em que se insere.

Em 1989 a recém-criada Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCE) da UFSC em parceria com o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), a Prefeitura Municipal de Florianópolis, a Secretaria de Cultura e Desportos de Santa Catarina e com o apoio da Marinha e do Exército

⁸ Único embate real entre portugueses e espanhóis na história das Fortalezas (TONERA, 2010).

⁹ SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 13 de janeiro de 1937, atual IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BRASIL, 2015a).

Brasileiro é criado o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, vinculando-o a Divisão de Turismo Educativo do Departamento de Apoio a Extensão (DAEX) da PRCE. Nos anos de 1990 e 1991 é finalizado o processo de restauração do Forte de São José e do Forte de Santo Antônio (em parceria com o SPHAN e a Fundação Banco do Brasil) (TONERA, 2010).

Souza (2001, s/p) compartilha o sentimento pelo qual é tomada, quando da criação do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina:

[...] o tema fortalezas, no meu entendimento, requeria um trabalho interinstitucional, multiprofissional e com atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assustei-me por reconhecer o quanto precisava estudar para encontrar um modo de sistematizar ideias e construir um projeto que fosse além do processo de restauração das fortalezas e que, por isto mesmo, provocasse impacto na sociedade.

Ainda em 1991, a UFSC desenvolve o programa de turismo educativo e de revitalização das fortificações. Com a proposta Educação e Gerenciamento da Fortaleza no Sítio Histórico de São José da Ponta Grossa buscava-se "resgatar e conciliar as tendências socioculturais de que a gerência do patrimônio cultural pode ser autossustentável [...]" (SOUZA; SARTOR; RIBAS, 1991, p. 05), entendendo, neste contexto, que o papel da Universidade é o de articular e incentivar a participação coletiva da responsabilidade de preservação e divulgação deste bem cultural.

De acordo com Souza, Sartor; Ribas (1991, p. 10) esta proposta tinha os seguintes objetivos e finalidades:

- a) Preservar, restaurar e manter o sítio histórico e as estruturas da Fortaleza de São José da Ponta Grossa [...]; Função básica: Preservação.
- b) Estimular e promover ações de valorização do complexo da Fortaleza [...]; Função básica: Educação.
- c) Estabelecer e manter exposição museológica de coleção de objetos, livros, documentos [...]; Função básica: Central de Informações e Unidade de Referência do Saber.

- d) Gerenciar e produzir souvenir e os recursos financeiros decorrentes da taxa de visitação pública; Função básica: Gerenciamento autossustentável.

Ainda em Souza; Sartor; Ribas (1991, p. 10) esta proposta: Educação e Gerenciamento da Fortaleza no Sítio Histórico de São José da Ponta Grossa estabeleceu um programa de atividades para serem oferecidas aos visitantes, como segue:

- a) Teatro aberto – nos meses de janeiro a março tendo como tema Santa Cruz, retratando aspectos históricos do século XVIII;
- b) Exposições museológicas, fotos do processo de restauração das fortalezas, fotos artísticas, maquetes das fortalezas;
- c) Recepção e orientação aos visitantes por guias devidamente treinados;
- d) Programas educacionais voltados especialmente para grupos de estudantes;
- e) Arqueologia – durante 4 semanas na temporada de verão serão feitas escavações arqueológicas pelos visitantes;
- f) Interpretação militar – soldado português fardado interpretará atividades diárias de sua guarnição;
- g) Cozinha do século XVIII – demonstração da preparação de alimentos utilizados a época;
- h) A vida no quartel do século XVIII – interpretação das condições de vida dos soldados portugueses e suas famílias;
- i) Demonstração militar – demonstração de canhão, maquetes e procedimentos militares às crianças; e,
- j) Viagem noturna no século XVIII – Tour pela fortaleza, iluminada por lâmpões, com múltiplas leituras da vida no forte do século XVIII.

Estavam previstas a realização e implantação destas atividades para o período entre 1991 a 1993, prevendo um acompanhamento sistemático em forma de reuniões de avaliação de desempenho e a previsão de até 1993 sua implantação na Fortaleza de Santa Cruz de

Anhatomirim. Na visão de Souza; Sartor; Ribas (1991, p. 09) “[...] isto demonstra o compromisso da UFSC para com a Cultura e a Sociedade, o Estado, o Município, o Turismo, a Rede Escolar, a Comunidade local, entidades diretamente beneficiadas pelo espectro de realizações e imagens que se associam à prática cultural”.

Estas ações apontam como um dos primeiros atos de gestão voltado especificamente às ações socioeconômicas e educativas, a partir destes sítios históricos.

A universidade demonstra na prática que projetos criados, articulados e geridos devem resultar em valores sociais, e econômicos que atendam o maior número possível de cidadãos. Assim certamente a Fundação Banco do Brasil e os demais parceiros podem afirmar que os recursos investidos pela Fundação, da ordem de um milhão de dólares, com liberação iniciada no ano em 1989 no Projeto Fortalezas, já teve retorno social, pela geração de oportunidades diversificadas de trabalho e por conseguinte, modificação do nível da renda de muitas famílias e pela educação para a vida oferecida à comunidade (SOUZA, 2001, s/p).

Na visão de Toner (2012) a ocupação das Fortalezas pela UFSC está voltada para os propósitos das funções administrativas e gerenciais dos Fortes, ao desenvolvimento de pesquisa e extensão da UFSC e atender a visitação turística.

Em Ratonas foi criada ainda uma trilha ecológica em meio à mata atlântica da ilha e implantado um sistema de conversão da radiação solar em energia elétrica (painéis fotovoltaicos), que fornece 100% da energia consumida na ilha, num importante trabalho de educação ambiental associada à preservação cultural. Na Fortaleza de Ponta Grossa, foi implantada uma Oficina de Rendas de Bilro, para exposição, fabrico e comercialização da produção das rendeiras da região (TONERA, 2012, p. 75).

No processo do desenvolvimento histórico do Projeto Fortalezas, como manifestação concreta das atividades acadêmicas, destaco o

Laboratório de Energia Solar (LABSOLAR) da UFSC que implantou na Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos, um sistema de aproveitamento de energia que tem como objetivo fornecer energia elétrica. O sistema solar fotovoltaico capta a energia solar e a transforma em energia elétrica, sendo armazenada em baterias para uso posterior. Difere dos já utilizados em residências que apenas produz o aquecimento da água, não produzindo energia elétrica. A produção diária é de 16kwh/dia o que equivale ao consumo de duas a três famílias de 04 (quatro) pessoas em residência urbana (TONERA, 2001a).

Na área de biologia marinha outro projeto de extensão a ser destacado é o Golfinho Sotalia Fluviatilis. A partir do estudo desta espécie de golfinhos, busca-se promover a conservação destes mamíferos marinhos, auxiliando no processo de educação ambiental e conscientizando as comunidades locais sobre a preservação dos recursos naturais, respeitando a legislação de proteção ambiental. Este Projeto é monitorado pela Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim (APA). A área de permanência destes animais fica na Enseada dos Currais ou Baía dos Golfinhos, localizada a 200 metros da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim (TONERA, 2001a).

A UFSC, por meio do Laboratório de Cultivo de Moluscos Marinhos (LCMM) iniciou, a partir de 1992 um projeto pioneiro de cultivo em cativeiro instalado junto a Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos, que serviu como base de monitoramento, se destacando à época, como o maior produtor de moluscos do Brasil estando entre os primeiros da América Latina. São mais de 700 produtores, 8.000 toneladas de mexilhões e 250.000 dúzias de ostras, compondo uma Federação de Associações de Maricultores e 13 Associações de Produtores, gerando em média mais de 5.000 empregos diretos em produção, processamento e comercialização (TONERA, 2001a).

Junto a Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos, o Departamento de Biologia por meio do Laboratório de Genética da UFSC iniciou a partir de 1997 uma pesquisa em biociências, investigando as relações existentes entre espécies de cinco comunidades de Drosophilídeos (mosquitos) da Mata Atlântica de Santa Catarina. O estudo previa a análise da diversidade e a interpretação de padrões de sazonalidade encontrados nos grupos de espécies do gênero *Drosophila* (TONERA, 2001a).

No Laboratório de Tecnologia do Restauo do Departamento de Arquitetura o Projeto de Reboco de Recuperação, como pesquisa aplicada na área de materiais e técnicas de restauração em edificações

históricas, teve por objetivo estudar o comportamento de argamassas e pinturas especiais em presença de umidade e salinidade. Desenvolvido a partir de 1995, teve como estudo de caso a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim (TONERA, 2001a).

Dos Projetos de Pesquisa e Extensão desenvolvidos junto as Fortalezas, o LABSOLAR e o Golfinho Sotalia Fluviatilis, monitorado pela Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim (APA) são os únicos projetos ainda em permanente execução e desenvolvimento (UFSC, 2014a).

De acordo com Toner (2001a), o Projeto Fortalezas ao longo de sua existência tem publicado livros temáticos e vídeos educativos, produzido material de comunicação visual de apoio à visita dos monumentos, maquetes das 03 (três) fortificações, folders informativos, postais, álbuns fotográficos, exposições e apresentações artístico-culturais, promovendo cursos de formação de guias adultos e mirins e outras ações culturais e educativas.

As fortificações também são representativas como atração turístico-cultural do Estado de Santa Catarina. Dados do Projeto Fortalezas (UFSC, 2014a) revelam que 140.889 pessoas visitaram¹⁰ os sítios históricos em 2014. A receita¹¹ implementada por meio da cobrança de ingressos aos visitantes durante a temporada é pequena a fim de garantir a auto sustentabilidade evocada pelo Projeto Fortalezas, quando da sua criação.

Dos funcionários que atuam diretamente nas fortificações apenas 09 (nove) são efetivos da universidade, sendo que 25 (vinte e cinco) são terceirizados o que eleva sobremaneira os custos com pessoal, refletindo significativamente no que deveria ser aplicado em forma de investimentos na conservação e revitalização das fortalezas (TONERA, 2010).

Muito ainda é preciso realizar por meio do Projeto Fortalezas que segundo Toner (2012, p. 79) é necessário:

[...] a implantação de um programa continuado de pesquisas arqueológicas nas fortificações existentes e nos locais daquelas construções já

¹⁰ Santa Cruz - 86.634; Santo Antônio - 10.091 e São José - 44.164 (UFSC, 2014a).

¹¹ Isentos: 13.472 (alunos de escolas públicas, pessoas a partir de 65 anos e crianças de 0 a 5 anos) (UFSC, 2014a).

desaparecidas; a ampliação dos quadros técnicos e administrativos de gestão dos monumentos; a elaboração de um planejamento estratégico que planifique e estruture a gestão das fortalezas, a curto, médio e longo prazo; a realização de uma maior integração das fortalezas com a estrutura de ensino, pesquisa e extensão da própria UFSC, transformando estes monumentos em verdadeiro campus avançados da Universidade; a intensificação de parcerias e convênios com os órgãos federais, com o estado, com o município e com a iniciativa privada [...].

Em 2013 o Governo Federal lançou com o apoio do Ministério da Cultura, Planejamento e IPHAN, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas, com a previsão de descentralização de investimentos da ordem de R\$ 1,6 bilhão em obras de restauração, a ser efetivado ao longo de três anos, com início previsto para 2015 (BRASIL, 2014a).

O PAC Cidades Históricas é uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade, com vista a um melhor nível de qualidade de vida para os cidadãos (BRASIL, 2014b).

A proposta do PAC Cidades Históricas, é buscar a recuperação e a revitalização das cidades, a restauração de monumentos protegidos, o desenvolvimento econômico e social e dar suporte às cadeias produtivas locais, com a promoção do patrimônio cultural (BRASIL, 2014a).

Com o Programa, a gestão desse patrimônio ganha uma nova dimensão que vai além da intervenção física nos monumentos protegidos e reforça o sentimento de pertencimento e de cidadania dos brasileiros em relação aos símbolos de nossa cultura (BRASIL, 2014a).

O PAC Cidades Históricas prevê a restauração do Sistema de Fortificações de Santa Catarina, definido pelas Fortalezas de Anhatomirim, Araçatuba, Rationes, Santana, Santa Bárbara, São João, São José da Ponta Grossa e Marechal Moura¹² (BRASIL, 2014a).

Além desses recursos, o Governo Federal, por meio do Ministério do Turismo, prevê investir outros R\$ 19 milhões em sinalização nas

¹² As Fortalezas de Araçatuba, Santana, Santa Bárbara, São João e Marechal Moura estão também localizadas na Região da Grande Florianópolis.

cidades históricas, dentro do PAC do Turismo, o qual atenderá também as fortificações de Santa Catarina (BRASIL, 2014a).

O Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, ao longo da sua história, tem se manifestado como um potencial acadêmico que pode representar oportunidades para o desenvolvimento de projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão. Por meio dos recursos previstos no PAC Cidades Históricas, há o Projeto Pousada Santa Cruz de Anhatomirim, com vistas à construção de um alojamento com capacidade para aproximadamente 45 pessoas, a fim de permitir a permanência de estudantes e professores na Ilha de Santa Cruz, em contato com a história, arqueologia, educação ambiental, oceanografia e geografia do lugar (UFSC, 2014a).

Outro projeto em desenvolvimento é o da Trilha Ecológica, na Ilha de Ratonos Grande, junto a Fortaleza de Santo Antônio. Este Projeto foi apresentado pelo Projeto Fortalezas em 2004 e se destina a prática do turismo ecológico e educação ambiental, integrando os visitantes ao ambiente da fauna e da flora da Floresta Atlântica (UFSC, 2014a).

Vários projetos continuam em andamento, para os quais dependem de aporte financeiro para a sua execução. Cito ainda o Projeto de Comunicação Visual e de Acessibilidade aos sítios históricos, previsto sua implementação dentro dos recursos destinados também pelo PAC Cidades Históricas (UFSC, 2014a).

Em paralelo ao Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina é criado em 1995 o Projeto Fortalezas Multimídia, projeto de extensão e pesquisa que segundo Tonera (2012, p. 76) tem como objetivo principal “[...] trabalhar com a difusão e informação pública de conteúdos referentes às fortificações brasileiras e de outros países, relacionadas, portanto, à história de Santa Catarina e do Brasil”.

Segundo Tonera (2010) o Projeto Fortalezas Multimídia possui diversas publicações impressas, CDs e DVDs, aplicativos digitais e website temático, implementando uma rede internacional de estudo e difusão de informações, por meio do Banco de Dados Mundial sobre Fortificações (TONERA, 2001b), em funcionamento desde 2008, com possibilidade de consulta, pesquisa e inserção *on line* de dados e mídias, por qualquer pesquisador ou instituição interessada, nos idiomas português, espanhol e inglês.

O Banco de Dados foi desenvolvido para funcionar em forma de uma rede colaborativa,

numa espécie de comunidade virtual de investigadores e instituições interessadas na história e preservação das fortificações em todo o mundo (TONERA, 2010, p. 09).

O Projeto Fortalezas Multimídia vem desenvolvendo continuamente um mapeamento digital de patologias em construções históricas, que irá nos permitir ter uma visão virtual tridimensional, com passeios interativos em tempo real pelo interior e exterior dos monumentos. Este mapeamento nos possibilitará a análise, diagnóstico e terapia de danos em edifícios históricos, aplicado preferencialmente a fortificações (TONERA, 2012).

A partir da sua criação, o Projeto Fortalezas Multimídia produziu um CD-ROM intitulado Fortalezas Multimídia que nos permite viajar por meio das imagens, textos e áudio, conhecendo as fortalezas, o seu patrimônio material, imaterial, ambiental, sua história e cultura que traz um conjunto de informações sobre as construções, técnicas construtivas, arqueologia, história, armamentos, embarcações, tropas, personagens, se transformando em um grande banco de dados sobre os fortes e fortalezas de Santa Catarina (TONERA, 2010).

Neste contexto, julgo pertinente melhor conhecer o processo de desenvolvimento histórico de cada fortificação que compõe o Projeto Fortalezas, como materialidade do fenômeno em estudo, ou seja, o Projeto Fortalezas como atividade acadêmica.

2.1 AS FORTIFICAÇÕES

Nesta seção, apresento as Fortificações contempladas neste estudo: Fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonos e São José da Ponta Grossa.

2.1.1 Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim

Com nome de origem indígena significando cão pequeno, a Ilha de Anhatomirim localizada no Município de Governador Celso Ramos, na região da Grande Florianópolis, abriga a Fortaleza de Santa Cruz, recebendo esta denominação em homenagem a celebração da Cruz da Paixão, que se realiza durante a Páscoa (TEIXEIRA, 2005). Vide ANEXO B - Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim.

Com 45.000m² de área e 370m no seu maior comprimento e 220m de largura esta Ilha é banhada por águas calmas e costões rochosos, apresentando duas praias: a do porto e do viveiro. Palco de várias expedições europeias a partir do Século XVI, apenas no Século XVIII vem a ser transformada em uma base naval militar e logística, para uso da coroa portuguesa a fim de defender o território da entrada de navios estrangeiros que chegavam à Ilha de Santa Catarina em busca de suprimentos e descanso para as guarnições (TEIXEIRA, 2005).

A Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim é a principal e maior fortificação em solo catarinense e sede do primeiro Governo da Capitania de Santa Catarina. Na época de sua construção, entre 1739/1744 recebeu 70 peças de ferro, anti-carga, alma lisa, projéteis esféricos o que era considerado poderoso poder de fogo e similar a artilharia de D. João V de Portugal (TEIXEIRA, 2005).

Uma escadaria de lioz português¹³ dá acesso à portada principal de estilo oriental, que ao ser ultrapassado vê-se a direita a Casa do Comandante, primeira sede do Governo de Santa Catarina. Seguindo pelo gramado chega-se ao Paiol da Pólvora e a Casa da Farinha que permitia a estocagem de alimentos por até três meses. A construção mais imponente é o Quartel da Tropa, com dois andares, 67,9 metros de comprimento por 6,3 metros de altura, de arquitetura renascentista. No térreo do Quartel da Tropa segue uma extensa galeria de arcos abertos na frente. Com seu estilo clássico, o segundo piso possui grande número de janelas e portas que supostamente servia de aposento aos soldados, com cozinhas, despensas e sala de estar para oficiais (MACHADO, 1994).

Outras edificações foram erguidas na Ilha de Anhatomirim, mas devido ao abandono e ruínas desapareceu completamente, como a Casa da Palamenta¹⁴, a Cozinha, a Casa dos índios e Escravos que lá residiram e a Capela. No início do Século XX foi construído a Usina de Eletricidade e a Estação de Radiotelegrafia (MACHADO, 1994).

¹³ Calcário caracterizado por ser muito compacto, subcristalino e que, pela sua cor branca, se emprega em estatutária, e na arquitetura de cantaria. Nas fortificações esta pedra foi muito utilizada nas escadas, soleiras e bases para canhões (TONERA, 2001a).

¹⁴ A Casa da Palamenta é o local onde são guardados os aparelhos e petrechos utilizados para fazer funcionar uma peça de artilharia, como a cocharra, o saca-trapo, a lanada, o morrão, baldes e localiza-se, geralmente, junto à principal bateria de canhões de uma fortificação (TONERA, 2001b).

A Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim foi palco de dezenas de execuções sumárias, a mando do Governo de Floriano Peixoto, no final da Revolução Federalista¹⁵ e também utilizada como prisão, no início do Século XX, durante a Revolução Constitucionalista¹⁶ e ao findar a Segunda Guerra Mundial (1939/1945) ela foi abandonada militarmente. Os moradores das regiões próximas à Fortaleza chegaram a residir até meados de 1960 quando foi completamente abandonada e saqueada, levando telhas, janelas, assoalhos e ladrilhos (MACHADO, 1994).

Serviços de limpeza e cadastramento das principais construções da Fortaleza foram realizados a partir de 1970, destacando aqui o Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná em convênio assinado com o Ministério da Marinha, Departamento Autônomo de Turismo do Estado de Santa Catarina (DEATUR) e IPHAN. Os trabalhos de restauração tiveram início a partir de 1974, mas neste período houve grandes dificuldades financeiras. Sem o aporte do Ministério da Educação (MEC), não havendo quem assumisse a Fortaleza e após tentativas de encontrar um novo destino junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEEMA), objetivou a criação da Estação de Pesquisa da Biologia da Plataforma Marítima, sendo este projeto levado para a UFSC (MACHADO, 1994).

A UFSC assumiu a Fortaleza de Santa Cruz em 1979, com a instalação do Núcleo de Estudos do Mar (NEMAR), unidade de pesquisa, capacitação e extensão em Ciências do Mar, vinculado ao Centro de Ciências Biológicas (CCB). Após convênio assinado com a UFSC, o IPHAN passou a destinar maiores verbas dando prosseguimento ao processo de restauração da Casa do Comandante, iniciada na década de 70. Em 1982 foi restaurado o Paiol da Pólvora e paralelamente foram restauradas as peças de artilharia e guaritas. Em 30 de janeiro de 1984 a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim foi aberta à visitação pública. Com a criação do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina em 1989, foram também recuperados o Armazém da Praia, da Casa da Farinha e da Nova Casa do Comandante (MACHADO, 1994).

¹⁵ Movimento deflagrado no sul do Brasil em 1893, unindo várias insatisfações políticas, militares e econômicas contra o Governo do Marechal Floriano Peixoto (TONERA, 2001a).

¹⁶ Movimento armado ocorrido no Estado de São Paulo, entre os meses de julho e outubro de 1932, que tinha por objetivo a derrubada do Governo Provisório de Getúlio Vargas (CAPELATO, 1981).

Uma pesquisa coordenada pelo Museu Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina teve como objetivo, contribuir para a identificação das técnicas e materiais construtivos utilizados na Fortaleza de Anhatomirim, os seus dimensionamentos originais, as reformas e adaptações sofridas pelas construções, bem como, os usos que os edifícios tiveram ao longo da história, permitindo desta maneira, extrair dados do cotidiano das tropas nas fortificações durante os Séculos XVIII e XIX (TONERA, 2001a).

De acordo com os dados extraídos do CD-ROM Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001a) a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim é um considerável legado do patrimônio militar deixado sobre o solo catarinense e quiçá uma das mais imponentes fortificações de todo o litoral brasileiro, como grande potencial de ações de ensino, pesquisa e extensão para a Universidade, essencialmente também como um caminho de busca de socialização e preservação deste Patrimônio, e da história brasileira.

2.1.2 Fortaleza de São José da Ponta Grossa

Construída em 1740/1744, localiza-se ao norte da Ilha de Santa Catarina, no extremo oeste da praia de Jurerê, também chamada Ponta Grossa. Vide ANEXO C - Fortaleza de São José da Ponta Grossa. Alicerçada por três terraplenos¹⁷ sucessivos ligados por rampas. No terrapleno superior ergue-se o prédio principal, a Casa do Comandante seguido do Paio da Pólvora, com características bastante semelhantes a Fortaleza de Santa Cruz e de Ratonés (TEIXEIRA, 2010).

O material utilizado nas construções de alvenaria era proveniente da própria região da Ponta Grossa a exceção do elemento de cantaria¹⁸, encontrado no Pórtico Principal e na Casa da Guarda e da pedra de lioz, vinda de Portugal, utilizada nas soleiras da Casa do Comandante, no Paio da Pólvora e bases dos canhões. À esquerda da edificação, remanescente do Século XVIII tem uma Capela, com a realização de missas, batizados e casamentos da comunidade local (TEIXEIRA, 2010).

¹⁷ Praça de Armas em torno da qual se erguem os baluartes e demais defesas de uma fortificação (TONERA, 2001a).

¹⁸ Preparação de rochas para a construção, com efeitos decorativos e estruturais (TONERA, 2001a).

Seguindo pelas rampas chega-se ao Quartel da Tropa e a Cozinha. No terrapleno inferior se localizava a principal bateria de canhões, voltados para o mar. O Portal de Entrada do Forte, de arquitetura renascentista, possuía originalmente uma ponte levadiça. A Fortaleza de São José da Ponta Grossa foi tombada pelo SPHAN em 1938, mas somente a partir de 1976 o atual IPHAN executou serviços de limpeza da vegetação para dar início às obras de restauro da Capela, Muralhas e da Casa do Comandante (TEIXEIRA, 2010).

A partir de 1989 é que ficou assegurada a total recuperação desta Fortaleza e devolvida à comunidade catarinense, por meio do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina (TEIXEIRA, 2010).

A Fortaleza de São José da Ponta Grossa e o seu entorno compreende uma área de pouco mais de 189 mil metros quadrados, sob a jurisdição do Exército Brasileiro. Por se tratar de área continental e zona balneária, famosa pelo seu turismo de praias, este complexo histórico-artístico e cultural sofre pelas invasões de residências particulares na área do entorno. A fonte de água da Fortaleza, por exemplo, está localizada dentro de uma dessas propriedades, que segundo Machado (1994) se encontra fechada a cadeado, impedindo a sua manutenção, recuperação e integração a este Patrimônio público.

A Fortaleza de São José da Ponta Grossa foi utilizada para serviços de saúde prestados à comunidade local, acolhendo doentes mentais em suas masmorras e também utilizada como lazareto¹⁹ e local de quarentena, no controle de epidemias como a cólera, o tifo, a febre amarela que assolaram a população catarinense durante o Século XIX (TONERA, 2010).

As prospecções arqueológicas realizadas pelo Exército por volta de 1987 permitiu que a Fortaleza fosse cadastrada como sítio arqueológico, passando a ser protegido por lei federal. Mais tarde, entre 1989/1990 uma segunda etapa de prospecção arqueológica foi realizada, desta vez por equipe do Museu Universitário da UFSC (TEIXEIRA, 2010).

Da sua edificação até o seu abandono dois Séculos (XVIII e XIX) se passaram. Mediante a realização da prospecção arqueológica realizada pela UFSC é possível apontar que:

¹⁹ Local destinado ao isolamento de doentes com doenças infectocontagiosas, como a cólera (TONERA, 2001a).

As evidências materiais arqueológicas dos ocupantes da Fortaleza refletem mudanças neste sentido. No período inicial da ocupação as tralhas de mesa e de cozinha limitavam-se a pratos e panelas de cerâmica, de provável produção local. Foram raras as evidências de faiança de proveniência portuguesa, encontradas somente na Casa do Comandante. Portanto, no primeiro período os habitantes da Fortaleza não utilizavam, em seu cotidiano, itens importados. Posteriormente, a partir de meados do século XIX, o serviço de mesa incluía uma grande quantidade de diferentes tipos de pratos, tigelas, xícaras, potiches, entre outros itens de faiança decorada, cujas marcas remetem às fábricas europeias (FOSSARI, 2001, s/p).

A Fortaleza de São José da Ponta Grossa representava no Século XVIII o terceiro vértice de um sistema triangular de defesa, em conjunto com a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim e Santo Antônio de Ratonés.

Tinha como missão impedir a entrada de navios estrangeiros, principalmente os espanhóis, na Barra Norte da Ilha de Santa Catarina. Absolutamente imponente possuidora de um invejado cenário arquitetônico e paisagístico, precioso legado construído pelos nossos antepassados (TONERA, 2001a).

É mais uma Fortaleza histórica constitutiva de um legado acadêmico, fortalecendo a inter-relação da Universidade com a Sociedade.

2.1.3 Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés

Localizada na Ilha de Ratonés Grande, assim batizada por um explorador espanhol, D. Álvar Núñez Cabeza de Vaca²⁰, que em 1541 a associou semelhante a um enorme rato, a Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés está localizada na baía norte, em frente à praia de Sambaqui. Vide ANEXO D - Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés.

²⁰ Explorador e conquistador espanhol, foi Governador da Província do Rio da Prata e primeiro europeu a descobrir as Cataratas do Iguazu (TONERA, 2001a).

De todas as Fortalezas construídas pelo Engenheiro Militar Português Brigadeiro José da Silva Paes foi a que menos modificações sofreu. De traços renascentistas, seus edifícios foram construídos em um único platô, circundados por uma muralha de pedra (TEIXEIRA, 2010).

Sua construção data de 1740/1744, está a 05 (cinco) quilômetros de Anhatomirim e 6,2 quilômetros de Ponta Grossa. O Portal de entrada lavrado em granito rosa, com características neoclássicas, sugere a existência de uma ponte levadiça no local. Ao entrar no Forte, segue-se por uma rampa de acesso ao terrapleno, avistando-se a Casa da Palamenta e em seguida a Casa do Comandante, destacando-se por seu tamanho, maior que as outras construções existentes no complexo (MACHADO, 1994).

Outra construção de destaque da Fortaleza é o Quartel da Tropa. Atrás deste, situa-se a escada que conduz ao Paiol da Pólvora. Construído em dois pisos, o Paiol da Pólvora é protegido por muralhas construídas em alvenaria de pedra, com argamassa e revestimento a base de cal (TEIXEIRA, 2010).

Em 1881 o Ministério da Guerra determina que utilize o Forte para estabelecer ali uma enfermaria. O Forte de Santo Antônio também foi utilizado como lazareto e no tratamento da epidemia de cólera que assolou o País na segunda metade do Século XIX. Índícios relatam que provavelmente tenha sido utilizado também como depósito de carvão dos navios da Armada Nacional. Vestígios deste material foram encontrados na Casa do Comandante, na Fonte e nas proximidades das muralhas. Durante a Revolução Federalista de 1893, foi ocupada pelos rebeldes que ali instalaram canhões, sendo mais um patrimônio desta Fortaleza (MACHADO, 1994).

Sob a jurisdição da Marinha, a Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos foi tombada pelo SPHAN em 1938. Seguiu em ruínas, até a década de 60, onde serviço de limpeza foi realizado pela Penitenciária do Estado de Santa Catarina. Mas sem restauração, o mato a encobriu mais uma vez (MACHADO, 1994).

Em setembro de 1982 teve início forte campanha pública que mobilizou empresários, alunos e professores da UFSC, pessoas voluntárias que durante um ano, em todos os finais de semana, realizaram serviço de limpeza na Fortaleza e no seu entorno. Em 1990 e 1991 foi realizada prospecção arqueológica, sendo encontrados sepultamento de pessoas adultas e objetos pessoais, envolto apenas em mortalhas, parecendo indicar procedimento adotado para impedir o alastramento de epidemias (MACHADO, 1994).

As Fortalezas de Santo Antônio de Ratonés, São José da Ponta Grossa e Santa Cruz de Anhatomirim, gerenciadas e preservadas pela UFSC, se constituem em uma ação extensionista. Neste contexto, a preservação destas Fortalezas e a socialização do processo histórico deste Patrimônio, perpassam por ações de gestão que permeiam também pela relação que a Universidade mantém com a Sociedade.

2.2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Criada por meio da Lei nº 3.849/1960 (BRASIL, 1960) e federalizada em 1965 (BRASIL, 1965) a UFSC, tem como missão:

[...] produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida (UFSC, 1982, p. 08).

Anterior à criação da Universidade Federal de Santa Catarina, o Estado Catarinense já contava, em sua capital, com algumas instituições de ensino superior (Faculdade de Direito, a Faculdade de Ciências Econômicas, Odontologia, Farmácia e Bioquímica, Filosofia, Medicina e Serviço Social) que aglutinadas após a criação da UFSC, se constituíram nos cursos de Direito, Farmácia e Odontologia, Filosofia, Medicina, Engenharia e Serviço Social (NECKEL; KÜCHLER, 2010).

A definição pela localização da UFSC em terras do então subdistrito da Trindade (Fazenda Modelo Assis Brasil)²¹ foi alvo de inúmeras discussões e debates acalorados, estando de um lado João David Ferreira Lima²², preocupado com os gastos excessivos para o seu erguimento e por outro lado Henrique da Silva Fontes²³, apoiando pela

²¹ De posse do Governo do Estado de Santa Catarina, foi cedida para instalação do atual *Campus* Universitário da UFSC, no bairro da Trindade, em Florianópolis (NECKEL; KÜCHLER, 2010).

²² Professor da Faculdade de Direito em Santa Catarina e primeiro Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (NECKEL; KÜCHLER, 2010).

²³ Professor de Economia Política e Ciências das Finanças da antiga Faculdade de Direito de Santa Catarina, foi também seu diretor, em 1933 (UFSC, 2015c).

sua perspectiva de visão do futuro, para a qual, segundo ele, a expansão seria inevitável. Desta forma, em 1962 por decisão do Conselho Universitário, foi criado o conjunto universitário na Trindade, mais tarde denominada Cidade Universitária (NECKEL; KÜCHLER, 2010).

Como parte das ações desenvolvidas historicamente pela UFSC é possível reconhecer o seu papel no campo da arte e da cultura. *Ars et Scientia*²⁴ é o lema da UFSC, portanto, sugere que a Universidade venha ao lado da ciência, e de forma aditiva, a arte e a cultura (UFSC, 2014b).

A partir de 1988, as ações de arte e cultura passam a compor a estrutura da então criada Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCE). É a partir da PRCE, que em 1989 é criado o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, outorgando a UFSC uma nova tarefa, a de mantenedora de três fortificações construídas pelos portugueses no Século XVIII (TONERA; OLIVEIRA; BULHÕES, 2011).

Anterior a criação do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, a iniciativa de recuperação das fortificações catarinenses se encontrava sob a responsabilidade do IPHAN e da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Este processo de recuperação foi decisivo a partir de 1979, por meio de um convênio celebrado entre a UFSC, IPHAN e Ministério da Marinha, repassando a UFSC a guarda e manutenção de Anhatomirim. Mas consolidou-se definitivamente entre 1989 e 1992, com a criação do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, a partir do convênio celebrado com o Banco do Brasil, da ordem de 1 milhão de dólares, o que possibilitou a restauração completa de Anhatomirim e também das fortificações de Santo Antônio de Ratonés e São José da Ponta Grossa (MACHADO, 1994).

A UFSC está constituída por 07 (sete) Pró-Reitorias e 04 (quatro) Secretarias, além do Gabinete da Reitoria e o Vice Gabinete: Pró-Reitoria de Administração (PROAD); Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN); Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD); Pró-Reitoria de Extensão (PROEX); Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG); Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ); Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE); Secretaria de Cultura (SeCult); Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP); Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (SEAI); e, Secretaria de Relações Internacionais (SINTER) (UFSC, 2013).

²⁴ Constitui um dos elementos do brasão da UFSC, com significado artes e ciência, também interpretado como artesanania e ciência (UFSC, 2015g).

Na sua estrutura acadêmica, a UFSC conta com 11 Centros de Ensino no *Campus* Prof. João David Ferreira Lima (Trindade): Centro de Ciências Agrárias (CCA); Centro de Ciências Biológicas (CCB); Centro de Ciências da Educação (CED); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Comunicação e Expressão (CCE); Centro de Desportos (CDS); Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH); Centro Socioeconômico (CSE); e, Centro Tecnológico (CTC) (UFSC, 2013).

A UFSC conta com 28.766 alunos matriculados nos 103 cursos presenciais e 14 cursos a distância de graduação. Somados a Graduação mais 16.325 alunos matriculados na Pós-Graduação. Para o desenvolvimento das suas atividades acadêmicas a UFSC conta com 2.290 professores efetivos, 250 professores substitutos e 3.174 servidores técnicos administrativos em educação (UFSC, 2015b).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (UFSC, 2009b), por meio da sua inserção no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, 2007) ampliou a oferta de cursos presenciais, bem como ampliou seu campo de atuação com a instalação de novos *Campi* em Araranguá, Joinville, Curitibanos e Blumenau.

A UFSC, além da graduação e da pós-graduação atua também na educação básica. Atuando como campo de estágio supervisionado e de pesquisa aos alunos e professores, o Colégio de Aplicação (CA) e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) criados em 1961 e 1980, respectivamente, formam a estrutura do ensino básico na Instituição (UFSC, 2009b).

Em 1995 teve início as atividades de ensino a distância na UFSC, com a criação do Laboratório de Ensino a Distância (LED) desenvolvendo ações de pesquisa e extensão por meio de vídeo-aulas geradas por satélite. A partir do LED, diversos grupos envolveram-se em ações de educação à distância em parceria com o Projeto Universidade Aberta (UAB), viabilizando a oferta de cursos de extensão, graduação e especialização, possibilitando um incremento na infraestrutura e conseqüente expansão da Instituição em grande parte do Território Nacional (UFSC, 2009b).

Desde 2008 a UFSC conta com uma instância específica para a área da Cultura, a Secretaria de Cultura e Arte (SeCArte), que em 2012 passou a se chamar Secretaria de Cultura (SeCult). Neste contexto, a Cultura ganha mais autonomia, permitindo o desenvolvimento e

execução de políticas para esta área. Com a criação da Secretaria de Cultura o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina passa a compor a estrutura desta Secretaria, ao desvincular-se da extinta Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (UFSC, 2008). Vide ANEXO E - Organograma - Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina.

2.3 A SECRETARIA DE CULTURA

Conforme seu Regimento Interno (UFSC, 2015e), a Secretaria de Cultura é um órgão executivo central, que integra a Administração Central da Universidade Federal de Santa Catarina, vinculado diretamente ao Gabinete da Reitoria, criado com o objetivo de auxiliar em suas tarefas executivas na área da Cultura.

A SeCult está constituída por 09 (nove) Coordenadorias e uma Assessoria para Projetos de Integração Cultural dos *Campi* da UFSC, além do Gabinete da Secretária e seu Adjunto: Coordenadoria de Apoio Administrativo; Coordenadoria de Apoio Financeiro; Coordenadoria de Apoio a Projetos; Coordenadoria de Eventos; Coordenadoria de Infraestrutura e Logística; Coordenadoria de Áudio Visual; Coordenadoria do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina; Coordenadoria do Núcleo de Estudos Açorianos; e, Coordenadoria do Departamento Artístico Cultural (UFSC, 2015e).

De acordo com seu Regimento Interno, suas competências assim se constituem (UFSC, 2015e, Art. 5º):

- a) Fomentar a cultura de forma ampla, por meio da produção e difusão de projetos na área;
- b) Reconhecer a abrangência da noção de cultura nas suas dimensões simbólica, estética e econômica;
- c) Sensibilizar a comunidade universitária e seus gestores da importância da cultura na formação de uma sociedade mais humanizada;
- d) Contribuir para uma formação pedagógica, cidadã e emancipadora mais abrangente do aluno da UFSC, aumentando o seu repertório cultural com a oferta de atividades culturais extracurriculares;
- e) Integrar a cultura às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

- f) Promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural através de editais e seleções públicas democráticas e transparente, respeitando sempre os ditames legais para a concessão de recursos financeiros;
- g) Estimular o debate crítico acerca de questões prementes do ser humano e da sociedade contemporânea;
- h) Promover a qualidade da produção artístico-cultural da universidade;
- i) Propiciar o contato e a fruição do público com a arte e a cultura de forma universal;
- j) Garantir a preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico da UFSC, resguardando os bens de natureza material e imaterial;
- k) Resignificar os espaços da Universidade com ações culturais;
- l) Articular as políticas de cultura com outros órgãos administrativos e de ensino da Universidade e promover a organização de parcerias e redes para a sua implantação;
- m) Dinamizar as políticas de intercâmbio e difusão da cultura universitária com outras universidades nacionais e internacionais, promovendo acordos e levando a criação artístico-cultural produzida para além dos muros da universidade;
- n) Integrar as ações culturais nos campi da UFSC;
- o) Estender ações culturais às cidades-sede dos *campi* da Universidade, ao Estado de Santa Catarina, priorizando as comunidades de difícil acesso a estes espaços geográficos;
- p) Organizar instâncias consultivas e de participação para contribuir na formulação e debater estratégias e execução das políticas de cultura da universidade;
- q) Mensurar o desempenho das ações culturais da Secretaria; e,
- r) Executar outras atividades inerentes ao Setor e ainda as que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

No contexto da Política Institucional de Cultura da UFSC cabe destacar o desenvolvimento de ações da SeCult por meio de editais para a concessão de bolsas, recursos financeiros e para o uso dos espaços culturais sob sua Administração, como: o Bolsa Cultura; o PROCULTURA; e, o Edital Espaço Vivo, voltados para a realização de eventos e/ou projetos didáticos, científicos e artísticos pelos alunos, docentes e técnicos administrativos em educação da UFSC (UFSC, 2014b).

O Bolsa Cultura é um programa de bolsa de extensão vinculado as ações de arte e cultura, oferecendo por meio das bolsas auxílio financeiro a estudantes de graduação, estimulando-os a participação nos projetos de Cultura da UFSC (UFSC, 2014b).

O PROCULTURA, Programa de Apoio as Ações de Cultura, apoiando financeiramente, no todo, ou em parte, ações de cultura, propostas por servidores docentes ou técnico-administrativos em educação, que tenham relação com o ensino, a pesquisa e a extensão universitária (UFSC, 2014b).

O Edital Espaço Vivo tem por objetivo a seleção de propostas para ocupação dos espaços públicos administrados pela SeCult (espaços do Centro de Cultura e Eventos, Auditório e Hall da Reitoria e o Templo Ecumênico) nas áreas de eventos acadêmicos, científicos, culturais, educacionais, religiosos e artísticos, desde que comprovada a institucionalidade do evento, a sua gratuidade e o interesse da Instituição (UFSC, 2014b).

Por meio do seu Departamento Artístico Cultural (DAC), ações artísticas também estão presentes consubstanciando em oficinas para a comunidade universitária e comunidade externa, o Projeto 12:30²⁵, bem como o Coral, Madrigal²⁶ e Orquestra de Câmara da UFSC (UFSC, 2014b).

Outra ação são os Ciclos de Palestras, Projeto que permite junto às unidades de ensino, seus departamentos, a aquisição, por meio da SeCult, de passagem, hospedagem e alimentação para palestrantes que

²⁵ Projeto 12:30 - Projeto de Extensão, criado em 1986, abrangendo atividades de música, teatro e dança, com a realização de shows gratuitos, no Varandão do CCE/UFSC, em todas as quartas-feiras do período letivo, as 12h30m (UFSC, 2015d).

²⁶ Projeto de Extensão, criado em 2009 com o objetivo de fomentar e difundir a música vocal e instrumental na UFSC (UFSC, 2014b).

venham promover o debate acadêmico em todas as áreas do ensino, da pesquisa e da extensão (UFSC, 2014b).

O Núcleo de Estudos Açorianos é outra ação gestada pela SeCult que atua no resgate da cultura açoriana, presente em todo o litoral de Santa Catarina (UFSC, 2014d). A SeCult, organiza e executa desde 2004 o Cerimonial de Formaturas de todos os Cursos de Graduação da UFSC, totalmente gratuito, garantindo aos seus alunos e familiares a participação democrática e igualitária em eventos desta natureza (RAMOS, 2015).

A SeCult com vistas a integração cultural com os demais *Campi* da UFSC, Blumenau, Araranguá, Joinville e Curitiba, criou a Assessoria para Integração Cultural entre os *Campi* a fim de dotá-los dos potenciais culturais existentes na sede, bem como manter intercâmbio de trocas culturais entre os *Campi* (UFSC, 2014b).

No que diz respeito as ações do Projeto Fortalezas, como um projeto de extensão da Secretaria de Cultura, destaco as metas previstas no Planejamento Estratégico da SeCult 2014/2017 (UFSC, 2014b, p. 26):

- a) Elaborar um manual de conservação e manutenção periódica para os edifícios e ambientes das Fortalezas;
- b) Realizar oficinas para cursos de guias e condutores culturais para as Fortalezas;
- c) Fortalecer/consolidar o Projeto Fortalezas junto a comunidade em geral e a comunidade UFSC em particular;
- d) Elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) em conjunto com Departamentos da UFSC afins ao Projeto Fortalezas;
- e) Preservação do patrimônio histórico-cultural das Fortalezas;
- f) Criar projeto de Memória do Projeto Fortalezas; e,
- g) Realizar a sistematização e a difusão digital das informações sobre as Fortalezas para a comunidade universitária e para a sociedade.

A Secretaria de Cultura apresenta-se como um grande desafio, que por meio da cultura possa vir a auxiliar na formação pessoal e profissional dos alunos e servidores da UFSC. Para Santos (2006) a

Cultura deve se constituir num processo dinâmico, de transformação de uma realidade onde a mudança é um aspecto fundamental. Quando a cultura está associada ao conhecimento, não apenas para descrever a realidade ou compreendê-la, deve apontar caminhos e contribuir para sua modificação.

Ao longo da sua história, a UFSC traz em sua essência a marca forte de sua vocação, a de formação acadêmica e cidadã. Ela nasceu a partir dos anseios da sociedade e, portanto, legitimada no seu processo histórico, como instituição social²⁷. Os princípios que norteiam a prática acadêmica da UFSC perpassam pela formação do ser humano e seu exercício profissional pautada nas ações do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma integrada e compromissada com a construção de uma sociedade mais digna e democrática, como fundamento da sua missão (UFSC, 1982).

²⁷ Ao fazer referência a Universidade como uma Instituição Social, Chauí (2003, p.6.) afirma que “A Instituição Social aspira a universalidade”. “[...] a instituição tem a sociedade como seu princípio normativo e valorativo [...]”.

3 UNIVERSIDADE

A universidade, como instituição, tem suas primeiras manifestações históricas de registro, a partir do Século XI ao lado das abadias e igrejas onde se reuniam os monges e os padres para desenvolver a cultura de manutenção do *status quo* da sociedade daquela época (WANDERLEY, 2003). Voltada para o atendimento apenas de uma elite (RIBEIRO, 1977; WANDERLEY, 2003), a universidade, segundo Ribeiro (1977) na sua origem, era constituída por professores que se reuniam em um determinado lugar para ensinar, normalmente sob a égide da Igreja e com elevado grau de informalidade nas relações docente-discente e administrador-subordinado.

A Universidade é uma autarquia, provida pelo Estado e com regras específicas de credenciamento e funcionamento. Seu processo de gestão é definido por meio de legislações específicas, destinadas também as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A universidade é concebida como instituições pluridisciplinares (que congrega muitas disciplinas) de formação dos quadros profissionais em nível superior (graduação e pós-graduação), pesquisa, e extensão (SCHLICKMANN, 2013).

Para Botomé (1996, p. 25), “Constituir uma instituição é organizar pessoas em torno de um esforço coletivo de interesse do conjunto da sociedade”. Para o autor pressupõe um contrato social firmado entre os que constituem a instituição e aqueles que a criam e a mantêm. Desta forma, a universidade não é um objeto, nem se reduz a sua estrutura, ela é uma rede de relações entre as pessoas que a constituem, ou seja alunos, servidores docentes e técnicos administrativos em educação e a sociedade.

A instituição universidade é considerada complexa pela gama de objetivos e compromissos, voltados para a formação, na sua essência, diferindo de uma empresa ou de outras organizações e instituições semelhantes (CHAUI, 2003).

Para Burigo e Loch (2011) a universidade não é uma instituição isolada, mas compõe o contexto social, político e econômico onde ela está inserida. No seu processo de desenvolvimento histórico a universidade vem se adequando as novas realidades que lhe são impostas. Neste sentido é importante considerar a consolidação do

projeto Capitalista Neoliberal²⁸ em nosso País e seu reflexo no processo de gestão das universidades, em especial as públicas (SEVERINO, 2008).

A sociedade neoliberal, com forte tendência a partir dos anos de 1990 determina ao Estado o corte de subsídios em vários setores da sociedade, entre eles, a educação superior (WANDERLEY, 2003). Para Chauí (2003), com o advento do neoliberalismo, as universidades públicas brasileiras passam a viver sobre forte crise institucional, com a perda de capital financeiro que antes era assegurado pelo Estado. Esta crise atinge fortemente duas áreas importantes da instituição universitária: a científica e a pedagógica.

Além da perda financeira, a universidade viveu há quarenta anos a ditadura militar (1964/1985), que combateu fortemente o princípio básico de sua autonomia, a produção e divulgação do conhecimento científico. O surgimento desse novo modelo do capitalismo, o neoliberalismo, acaba por transformá-la em universidade operacional, introduzindo termos como qualidade universitária, avaliação universitária e flexibilização da universidade (CHAUÍ, 2003).

Para Chauí (2003), a universidade passa a atuar com características de uma organização qualquer, não mais voltada unicamente ao seu princípio básico, o da formação. Neste contexto o processo de gestão da universidade é um desafio a ser desvelado, pois o mercado dita o seu modo de ser e de se constituir perante a sociedade neoliberal. A universidade, deixa de ser concebida como um direito e passa a ser considerada um serviço, que pode ser privado ou privatizado, sendo redefinida pelo Estado como organização social. Para Chauí (2003, p. 06) “A instituição social aspira à universalidade”, em contrapartida, a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares”.

Se o neoliberalismo levou a educação ao *status* de serviço e não mais de direito do cidadão, mais estragos causou a sociedade, que na visão de CHAUÍ (2003, p. 07) “[...] caracteriza-se pela fragmentação de

²⁸ Doutrina político-econômica surgida logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), de efeitos nefastos para a Educação Superior no Brasil, que segundo Santos (2005), submete as universidades públicas a critérios de eficácia e produtividade de natureza empresarial, em contradição as reivindicações de autonomia na definição dos objetivos e valores da universidade.

todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de lutas de classes. A sociedade aparece como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por estratégias particulares e programas particulares, competindo entre si”. Neste contexto, destaco Santos (2007, p. 08) quando afirma que:

O impacto do neoliberalismo foi devastador e os seus efeitos negativos começam hoje a ser mais visíveis à medida que se aprofunda a sua crise. O problema é que, por mais repugnantes que sejam os seus efeitos (desigualdade social, belicismo, catástrofe ecológica, etc), a leitura politizada e de resistência que se deve fazer deles só é possível na medida em que existir a alternativa realista de uma sociedade mais justa, de um futuro pós-capitalista.

Aos enfrentamentos que a universidade pública experimenta neste Século XXI, se coloca em discussão o papel da universidade como instituição social em face das crescentes demandas da sociedade mercantilizada. A identidade da universidade como instituição social, perpassa também pela sua responsabilidade com a sua essência, ou seja, a formação (BURIGO, 2003).

Goergen (2006), ao se manifestar sobre a responsabilidade social da universidade retoma a questão da formação do estudante, que segundo ele, vem sendo relegada ou já considerada resolvida em se tratando de prepará-lo apenas para o mercado de trabalho.

Destaco neste contexto, Teixeira (1998, p. 34):

[...] a ausência da universidade com suas funções faz com que não se possa chegar a existir como povo. O povo, a nação que vive sem a concepção crítica do conhecimento, da universidade e da “existência autônoma”, acaba vivendo, tão somente, como um reflexo dos demais.

A concepção de formação e de universidade, perpassa também pelo seu processo de gestão. Para Bergue (2010), no contexto da gestão, o empirismo ainda se faz presente na gestão pública. Segundo o autor,

na organização as ações são projetadas visando uma finalidade, a execução de um serviço, enquanto que na instituição estas ações, mesmo sendo estabelecidas previamente, sofrem pressões e necessidades sociais, pois fazem parte de sua construção histórica e social.

Portanto cabe salientar que a universidade, na sua prática de gestão é opositora e legitimadora das ações da sociedade (BURIGO, 2003). Neste contexto é de responsabilidade de todos na instituição, em especial dos gestores, buscarem práticas de gestão que fortaleçam o papel da universidade como instituição social.

A universidade pública, na tríplice tarefa de promover o ensino, a pesquisa e a extensão têm como seu principal papel a formação (BURIGO, 2003). Porém, esta formação é reflexo e determinada pelas condições para a sua efetiva realização. Neste contexto, a concepção que se tem das atividades que compõe a Universidade, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão são fundamentais também, para o que se concebe como formação e essencialmente por universidade.

4 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A origem da extensão universitária nas universidades públicas brasileiras aponta duas vertentes: a europeia, vivenciada por meio de cursos, palestras, conferências e ações técnicas associadas a programas de desenvolvimento social e no modelo técnico de extensão norte-americano firmando-se a ideia de extensão ligada ao processo de prestação de serviços e assessoria técnica (ROCHA, 2001).

Com base em Gurgel (1986), das universidades americanas, herdamos a ideia da extensão pela prestação de serviços, em prol do desenvolvimento da sociedade, executada por meio de cursos, conferências, envolvendo pessoas da própria localidade onde está inserida a universidade. O autor também destaca a intensa troca dialógica entre o ensino, a pesquisa e a sociedade, pois considera que é por meio deste encontro entre a universidade e a sociedade que se identifica as necessidades de pesquisa, a criação de cursos regulares em áreas onde se faz necessário a intervenção da universidade, a troca dos saberes.

Botomé (1996) afirma que decorrente das vertentes americana e europeia, em utilizar expressões como prestar serviços, dar cursos variados, promover eventos, entre outros, ficaram consagradas como funções da extensão dentro das universidades e se fazem presentes nas reflexões e concepções relacionados à extensão universitária no Brasil.

Mas para Rocha (2001) o Movimento Estudantil de Córdoba (Argentina), em 1918, marcou o início de novos paradigmas para a extensão universitária na América Latina, apontando-a como processual, comprometida com mudanças sociais, com vínculos ideológicos, fruto da militância política de professores e alunos. O movimento estudantil passa a questionar as práticas dissociadas dos problemas locais e as ações pontuais desenvolvidas pelas universidades.

No Brasil as universidades populares, conhecidas como universidades livres, como a de Manaus, em 1919, Paraná e São Paulo, em 1911 já colocavam em prática segundo Rocha (2001) metodologias, tecnologias e defendiam concepções de educação e da vida em sociedade, influenciados pelos ideais difundidos em universidades estrangeiras, daqueles que estudavam fora do País. Gurgel (1986, p. 36) corrobora para esta prática da extensão, exaltando que:

A extensão universitária, no documento de Córdoba, é vista como objetivadora do

fortalecimento da universidade, pela projeção da cultura universitária ao povo e pela maior preocupação com os problemas nacionais. A extensão propiciaria, portanto, uma projeção do trabalho social da universidade ao meio e sua inserção em uma dimensão mais ampla.

Com o manifesto de Córdoba, buscava-se uma universidade contestadora e que estivesse presente na sociedade, por meio também da atividade de extensão, exigindo diretrizes claras de uma Política Pública de Extensão.

4.1 POLÍTICA PÚBLICA DE EXTENSÃO

De acordo com Rocha (2001) a extensão universitária no Brasil começa a se institucionalizar na década de 30, por meio do Decreto nº 19.851/1931 (BRASIL, 1931, Art. 42º), que regulamenta o Estatuto das Universidades Brasileiras que situa a extensão como cursos e conferências de caráter educacional ou utilitários:

- § 1º. Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimento úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.
- § 2º. Estes cursos e conferências poderão ser realizados por qualquer instituto universitário em outros institutos de ensino técnico ou superior, de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam acessíveis ao grande público.

Para Botomé (1996), os cursos de extensão presidem a primeira formulação extensionista no País e segundo ele, ainda reproduz os vícios da sua origem, enfatizando na maioria das vezes, a sua desvinculação com as atividades acadêmicas e por não despertar o interesse das comunidades do entorno das universidades.

Nessa linha dos cursos de extensão Carneiro (1985) nos remete aos anos 60, onde no Brasil, foram criados três programas que inauguraram uma nova fase para a extensão universitária brasileira:

- a) Os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) - Deslocamento de alunos das mais variadas áreas do conhecimento para cumprimento de um estágio prático junto às comunidades interioranas;
- b) O Projeto RONDON - inspirado na figura do Marechal Cândido Rondon²⁹ e vinculado aos ministérios militares, o Projeto consiste no deslocamento de alguns professores e de um grande contingente de alunos para lugares distantes do interior do País; e,
- c) O Programa de Extensão Universitária Institucionalizada (EXUNI), previsto na Lei da Reforma Universitária, Lei nº 5.540/1968 (BRASIL, 1968, Art. 20): “As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão a comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados das pesquisas que lhe são inerentes”.

Em 1974 no Brasil destaca-se a criação do CODAE - Coordenação das Atividades de Extensão, vinculado ao MEC com a produção do Plano de Trabalho da Extensão Universitária. Sob a influência das ideias de Freire (2013) este documento definiu a Extensão como uma ação institucional em atendimento as organizações e populações, com o objetivo de retroalimentação entre os saberes acadêmico e popular (FORPROEX, 2012).

No Ministério da Educação, o grupo que ocupava a Coordenação das atividades de extensão - CODAE tinha Paulo Freire como referência central, o que pode ser mais bem evidenciado na análise do Plano de Ação lançado em 1973. Falava-se em realimentação, mão dupla, retroalimentação e outras terminologias similares que, na realidade, propiciam a incorporação do sentido de comunicação ao extensionismo (ROCHA, 2001, p. 22).

²⁹ Militar e humanista (1865/1956). Foi o primeiro Diretor do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI), criado em 1910, e depois se tornou presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), na década de 50 (BRASIL, 2015c).

As atividades extensionistas passam a ser reconhecidas e socializadas a partir de 1987, com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Na concepção do FORPROEX (FORPROEX, 1987, p. 11):

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e a Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

Ao pensar em uma proposta diferente de universidade, o princípio constitucional (BRASIL, 1988) da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão consagra uma luta histórica de professores, estudantes e da sociedade civil, na defesa da liberdade acadêmica e da autogestão, o que permite distinguir as universidades públicas das demais instituições de ensino superior (IES) no Brasil, transformando-as em um ideal de referência para o conjunto das IES (FORPROEX, 2012).

A partir desta concepção buscou-se a institucionalização da prática extensionista, na tentativa de diminuir a distância entre a atividade acadêmica e as necessidades da sociedade. Para Nogueira (2000, p. 12), a institucionalização da extensão “[...] deve ser visualizada como um instrumento básico da recuperação da função social da universidade e restauração da sua credibilidade”.

Para reafirmar o preceito da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, em 1996 foi promulgada a Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo a extensão universitária como uma das finalidades da universidade e assinala com a possibilidade de apoio financeiro do poder público.

Em 1998, o FORPROEX (2012, p. 8) cria o Plano Nacional de Extensão definindo as seguintes diretrizes:

- a) A possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras;
- b) A garantia de recursos financeiros destinados à execução de Políticas Públicas correlatas [...];
- c) O reconhecimento, pelo poder público, de que a extensão universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã;
- d) A viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no País.

Na mesma direção é aprovado em 2001, o Plano Nacional de Educação por meio da Lei nº 10.172/2001 (BRASIL, 2001), que ao estabelecer a responsabilidade das universidades no exercício das funções de ensino, pesquisa e extensão, institui um mínimo de 10% do total de créditos reservados para atuação dos estudantes em atividades de extensão, instituindo também as áreas temáticas para atuação: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho (FORPROEX, 2012).

De acordo com a literatura investigada no presente Estudo, é possível afirmar que o reconhecimento da Extensão Universitária como uma atividade produtora de conhecimento, permitiu o avanço para a sua institucionalização. O preceito constitucional (BRASIL, 1988) da indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, as manifestações advindas da Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) e a destinação de 10% de créditos curriculares creditados a essas atividades por meio do Plano Nacional de Educação - PNE 2001/2010 (BRASIL, 2001) dão sinais da priorização por parte do Estado da importância da Extensão para as universidades públicas e para a sociedade.

[...] a Extensão Universitária apresenta potencialidades não apenas de sensibilizar estudantes, professores e pessoal técnico-administrativo para os problemas sociais. Enquanto atividade também produtora de conhecimento, ela também melhora a capacidade técnica e teórica desses atores, tornando-os assim, mais capazes de oferecer subsídios aos governos na elaboração das políticas públicas; mais bem equipados para desenhar, caso venham a ocupar algum cargo público, essas políticas, assim como para implementá-las e produzi-las (FORPROEX, 2012, p. 13).

O Governo Federal no âmbito da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação, criou em 1993 o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), interrompido em 1995 e retomado em 2003, como Programa de Extensão Universitária (PROEXT) (FORPROEX, 2012).

O PROEXT tem por objetivo apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que venham a contribuir na implementação de políticas públicas, com ênfase na inclusão social (BRASIL, 2014c).

O PROEXT lança a cada ano um edital, convocando as instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior a apresentarem propostas de desenvolvimento de programas e projetos no âmbito da extensão universitária. Estes programas e projetos deverão estar afinados com as atuais políticas públicas, em especial com as políticas sociais, sendo obrigatório estar vinculado a um curso de graduação e ser acompanhado por pelo menos um professor, contar créditos e constar do seu currículo (BRASIL, 2014c).

Para Heidmann (2010), as políticas públicas sintetizam as ações, práticas e diretrizes decididas pelo conjunto dos atores sociais e implementadas na forma de Leis, sob a coordenação e a responsabilidade do Estado.

Os Programas e Projetos apresentados ao Edital PROEXT devem atender as linhas temáticas, previstas no edital, a saber: educação, cultura e arte, pesca e aquicultura, promoção da saúde, desenvolvimento urbano, desenvolvimento rural, estágios interdisciplinares de vivência, redução das desigualdades sociais e combate à extrema pobreza, geração de trabalho e renda por meio do apoio e fortalecimentos de

empreendimentos econômicos solidários, preservação do patrimônio cultural brasileiro, direitos humanos, promoção da igualdade racial, mulheres e relações de gênero, esporte e lazer, comunicação, desenvolvimento regional: inclusão produtiva, defesa civil e acesso à água (BRASIL, 2014c).

Cabe aqui destacar que as propostas dos programas e projetos deverão demonstrar em seu teor a vinculação das atividades de extensão com o Projeto Pedagógico do Curso e com o Plano de Desenvolvimento da Instituição, reforçando a ideia de integralização e flexibilização curricular. Não menos importante, os programas e projetos deverão ser executados por professores e alunos bolsistas da própria instituição (BRASIL, 2014c).

De acordo com Nogueira (2005, p. 51), a criação do PROEXT permite “[...] implementar o processo de democratização do conhecimento acadêmico, estabelecer mecanismos de integração entre os saberes acadêmicos e popular, de forma que a produção do conhecimento se efetive no confronto com a realidade [...]”.

Na UFSC em 2014 (UFSC, 2014d) foram aprovados 06 (seis) projetos pelo Edital de Apoio a Projetos de Extensão do Ministério da Educação, a saber:

- a) Imigração e Etnicidade: como nascem as escolas em Santa Catarina? Diálogos entre a formação de professores e as comunidades no resgate histórico da institucionalização da escola primária (CED/UFSC);
- b) Agricultura Legal: conservação da floresta e dos recursos hídricos na agricultura familiar do planalto catarinense (UFSC/Curitibanos);
- c) Psiquiatria em Análise: da saúde do paciente às questões da saúde do trabalhador (CCE/UFSC);
- d) 5º Aqi na Rua – a extensão universitária como veículo de transferência de conhecimentos para a comunidade (CCA/UFSC);
- e) Papo Sério (CFH/UFSC); e,
- f) Plantas medicinais e os cuidados com a saúde: contando várias histórias (CFH/UFSC).

De acordo com os princípios do FORPROEX (2006) os Programas constituem-se essencialmente relevantes quando tratamos da integração ensino/pesquisa/extensão, por permitir a reunião de projetos afins, que atuam na mesma linha de extensão, os quais incorporados aos

currículos dos cursos de graduação permitem a aproximação de equipes, unidades acadêmicas e departamentos, articulando e integrando os mesmos, estabelecendo desta forma, o caráter institucional, acadêmico e social da extensão universitária.

A aproximação da universidade, do ensino superior com a realidade social, parte da necessidade de superação da lógica da racionalidade técnico-científica instrumental que tanto interfere no espaço tempo/pedagógico, os sujeitos envolvidos, na geração e transformação do conhecimento e na prática institucional (FORGRAD, 2003).

Para o FORPROEX (2006), a flexibilização curricular, tendo a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão como ponto de referência, propõe uma nova concepção de universidade, que perpassa pelo desenvolvimento de uma atitude investigativa e questionadora, onde o conhecimento existente ou que está sendo construído permita ao estudante contemplar os aspectos sociais e políticos em detrimento dos aspectos técnicos e formais, na busca de uma nova organização curricular aonde a graduação vá além da mera transmissão do conhecimento para a produção do conhecimento.

Neste contexto, para melhor compreender o fenômeno ora investigado, ou seja, o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina como atividade de extensão e sua inter-relação com as atividades de ensino e de pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina, na visão dos gestores e a partir do estudo até então realizado, busco contextualizar a Política Institucional de Extensão, como reflexo das diretrizes da Política Pública de Extensão.

4.2 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE EXTENSÃO

A extensão é uma ação vivenciada pela UFSC desde a sua criação. Atuando em áreas como a educação no campo, a engenharia aeronáutica e espacial, o design, a tecnologia da informação, as relações internacionais, os estudos do mar, a agricultura familiar, a assistência jurídica, a formação de professores em pequenos municípios, a implantação do cursinho pré-vestibular para alunos carentes, a educação indígena, o Projeto Rondon, o Programa Conexões de Saberes, o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, o Projeto Sala Verde, o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX), as ações de Arte e Cultura, são alguns dos exemplos

das ações extensionistas desenvolvidas na UFSC (NECKEL; KÜCHLER, 2010).

A PROEX é um órgão executivo central que integra a Administração Central da UFSC e tem por finalidade auxiliar o Reitor em suas tarefas executivas na área da extensão. Em sua estrutura organizacional, além do Gabinete da Pró-Reitoria, a PROEX é composta pelo Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) e pelo Projeto Sala Verde (UFSC, 2014d).

A política da UFSC para a ação da extensão é apresentada por meio de objetivos e metas expressas no Plano de Desenvolvimento Institucional (UFSC, 2009; UFSC 2014e) e que são os norteadores para a elaboração dos Planos Anuais das unidades que compõe a Instituição.

Com base no PDI (UFSC, 2009b; UFSC 2014e) a PROEX (UFSC, 2014d) estabeleceu um plano de execução por meio de atividades, conforme segue:

- a) Atualização do formulário para registro on-line das Ações de Extensão, resultando em um banco de dados atualizado;
- b) Certificação das ações extensionistas oficiais da UFSC;
- c) Apoio às atividades de extensão, por meio do planejamento, da organização e do acompanhamento do Programa de Apoio a Projetos de Extensão (PROEXTENSÃO) e do Programa de Bolsas de Extensão (PROBOLSAS);
- d) Organização e condução do Projeto Rondon na UFSC;
- e) Apoio à coordenação do Projeto Sala Verde;
- f) Apoio à coordenação do NETI;
- g) Organização de delegações e participação em eventos como Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS) e Congresso Ibero Americano de Extensão;
- h) Divulgação das ações de extensão, por meio do Jornal Universitário e da Revista Eletrônica de Extensão da UFSC (EXTENSIO); e,
- i) Promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, realizada por meio da SEPEX e da inclusão da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFSC.

Estas proposições de atividades são norteadas por meio da Resolução nº 03/CUn/2009 (UFSC, 2009a), que dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão na UFSC. A Resolução (UFSC,

2009a, p. 01) em comentário, define a extensão universitária como um “[...] processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e a pesquisa de forma indissociável, que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade”.

Para a execução das ações de extensão a Resolução nº 03/CUn/2009 (UFSC, 2009a, Art. 2º) define como objetivos:

- a) Otimizar as relações de intercâmbio entre a universidade e a sociedade em relação aos objetivos da Instituição;
- b) Propiciar mecanismos para que as pessoas e as instituições utilizem o conhecimento existente na realização das suas atividades;
- c) Estimular a troca de saberes entre a universidade e a sociedade;
- d) Avaliar as contribuições da Universidade para o desenvolvimento da sociedade;
- e) Facilitar e melhorar a articulação do ensino e da pesquisa com as necessidades da sociedade;
- e,
- f) Preservar e proteger o conhecimento produzido pela sociedade.

Um ponto a ser destacado e que visa fortalecer a imagem da extensão na UFSC como atividade científica e social, é a execução de editais, como o PROEXTENSÃO, destinado a atender financeiramente ações de extensão relacionadas com o ensino e a pesquisa, o PROBOLSAS que visa estimular a participação do aluno de graduação em projetos de extensão, por meio de auxílio financeiro, com a oferta de 350 bolsas em 2014 e o Edital Pró-Social (2014), que busca oferecer auxílio financeiro a programas e projetos de extensão que tenham como tema específico os desafios da realidade da população de Santa Catarina, em especial comprometidos com as políticas sociais, como parte das políticas públicas atuais (UFSC, 2014d).

A PROEX, em conjunto com as demais Pró-Reitorias e Secretarias da UFSC, realiza a SEPEX. Criada em 2002, por meio da PRCE, este evento objetiva a demonstração do potencial das realizações da Universidade e a reflexão sobre o seu papel social que deve estar presente em todas as suas ações, enquanto Instituição de caráter público. Durante a realização da SEPEX estão reunidos, sem distinção, trabalhos que demonstram o tripé sustentador da universidade, o que representa na

prática, a busca pela indissociabilidade constitucional (BRASIL, 1988) entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Em 2014, o evento contou com mais de 120 estandes, minicursos, diversas palestras e apresentações culturais (UFSC, 2014d).

Outra ação é o Sistema de Registro das Atividades de Extensão da UFSC (SIRAEEX), criado em 2004 e que vem realizando ao longo dos anos, um serviço de cadastramento *online* de projetos de extensão realizados por toda a comunidade universitária. No caso de projetos onde ocorre a utilização de recursos financeiros não governamentais, é por meio deste registro que um percentual, previsto na Resolução nº 03/CUn/2009 (UFSC, 2009a) deve ser repassado aos setores ou departamentos envolvidos nesta ação de extensão. Também, por meio deste registro é que o aluno e os demais envolvidos no projeto de extensão podem acessar e imprimir os seus certificados com autenticação eletrônica, conferindo confiabilidade aos seus usuários.

Cabe destacar também como uma ação da política institucional a Revista Eletrônica de Extensão - EXTENSIO que divulga o trabalho de extensão da UFSC e de outras universidades, favorecendo o aprofundamento de temas conceituais e metodológicos das práticas extensionistas. Trata-se de [...] “um periódico de publicação semestral, de circulação nacional e internacional, que tem como missão contribuir para a disseminação e promoção de novos conhecimentos na área da extensão” (UFSC, 2014c, s/p).

Embora articulada às políticas e diretrizes definidas pelo FORPROEX, de acordo com a legislação vigente a UFSC na questão do tema flexibilização curricular com vistas a integralização das ações de extensão aos currículos dos cursos de graduação, não menciona esta possibilidade em nenhuma de suas normativas.

Acredito que a extensão universitária, entendida como um pensar e fazer acadêmico, constitui-se em um dos grandes desafios para a UFSC. É a partir deste contexto, que reafirmo a proposta de vinculação do Projeto Fortalezas como atividade de extensão as atividades acadêmicas da UFSC, por ser fonte potencializadora de estudos e pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento.

5 CAMINHO METODOLÓGICO

Este capítulo tem por objetivo descrever o caminho metodológico percorrido durante o processo de desenvolvimento da pesquisa que foi realizado na área de concentração da Gestão Universitária, na linha de pesquisa Universidade e Sociedade, tendo como fenômeno investigativo o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina como atividade acadêmica.

Segundo Gil (1994, p. 42) a investigação científica tem por objetivo “ [...] descobrir respostas para problemas, mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Busquei com esta pesquisa atender ao objetivo inicialmente proposto, ou seja, compreender como se constitui o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina como atividade de extensão e sua inter-relação com as atividades de ensino e de pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina, a partir do olhar dos seus gestores.

5.1 TIPO E NATUREZA DO ESTUDO

Este estudo constitui-se em uma investigação bibliográfica, de consulta a dados teóricos que me permitiram compreender sobre a problemática estudada, ou seja, como se constitui o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina como atividade de extensão e sua inter-relação com as atividades de ensino e de pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina, a partir do olhar dos gestores.

Esta pesquisa caracteriza-se por um estudo de caso, de natureza qualitativa e descritiva, tendo como fonte direta dos dados, o ambiente natural, visto que só é possível compreender o fenômeno estudado, de maneira abrangente, quando observado no contexto onde ocorre (TRIVIÑOS, 2001).

Para Matias-Pereira (2010), a pesquisa qualitativa facilita a interpretação e avaliação dos dados e informações obtidas, para o desenvolvimento de novas informações a partir do conjunto de opiniões dos sujeitos envolvidos. Conforme Triviños (2001), a pesquisa qualitativa objetiva colher generalidades, que podem ou não serem aceitas pela população, a qual estão inseridos os sujeitos da pesquisa e não generalizar os seus resultados.

A pesquisa qualitativa não pretende generalizar os resultados que alcança no estudo. Apenas

pretende obter generalidades, ideias predominantes, tendências que aparecem mais definidas entre as pessoas que participaram no estudo, que podem ser aceitas ou não pelos especialistas que se desenvolvem no campo no qual se realiza a pesquisa. Desta maneira, a pesquisa qualitativa não se apoia na estatística para fixar o tamanho da amostra, como ocorre na pesquisa quantitativa. O tamanho da amostra é fixado, de certo modo, arbitrariamente (TRIVIÑOS, 2001, p. 83).

Enquanto pesquisadora, objetivei descrever, analisar e compreender as informações coletadas em toda sua riqueza, considerando toda manifestação dos entrevistados, no sentido de contribuir para a compreensão do fenômeno em estudo: o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina como atividade acadêmica, a partir do olhar dos gestores. De acordo com Triviños (2001), o investigador e o sujeito investigado estão em diálogo constante, comunicando-se em um processo de cooperação e de inter-relação, por meio do fenômeno em estudo.

Quanto aos fins, esta pesquisa classifica-se como aplicada e descritiva, ou seja, como uma pesquisa com finalidade prática, que visa resolver problemas concretos, imediatos ou não, tendo por finalidade descrever características de uma população ou fenômeno (VERGARA, 2007).

Já quanto aos meios, classifica-se como pesquisa de campo, ou seja, a coleta de informações foi realizada no local onde ocorre o fenômeno. Também se constitui em um estudo de caso, pois permitirá um estudo mais detalhado e aprofundado sobre um fenômeno específico. Ainda, caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica, que consistiu no levantamento de bibliografia relacionada ao tema em estudo (VERGARA, 2007).

5.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Para esta Pesquisa, por se tratar de um estudo de caso de natureza qualitativa, a população foi constituída por gestores da UFSC que na perspectiva histórica dos 26 anos de existência do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina possuíram ou possuem envolvimento direto com esta área de gestão. Neste contexto, são gestores atuantes, responsáveis

pelo Projeto Fortalezas: Pró-Reitores de Extensão, Secretários de Cultura e Coordenadores do Projeto Fortalezas. A definição desta população contextualiza-se em função do envolvimento destes gestores com o fenômeno estudado e, por crer diante da minha experiência como servidora da UFSC que estes possuem conhecimento da essência e da Gestão do Projeto Fortalezas. (Vide Quadro 1 - População da Pesquisa)

Quadro 1 - População da Pesquisa

SUJEITOS	QUANTIDADES
Pró-Reitor de Extensão/UFSC	07
Secretário de Cultura/UFSC	04
Coordenador do Projeto Fortalezas/UFSC	04
Total	15

Fonte: Elaborado pela Autora.

Segundo Triviños (2001), a população na pesquisa qualitativa é considerada uma referência, sendo a amostra uma parte desta população, delimitada pelo pesquisador a partir de critérios intencionais, de acordo com o objetivo da investigação.

Sendo assim, a fim de atender o objetivo inicialmente proposto nesta Pesquisa de compreender como se constitui o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina como atividade de extensão e sua inter-relação com as atividades de ensino e de pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina, a partir do olhar dos seus gestores, estando delineada a população, defini os gestores que se envolveram nos últimos 10 (dez) anos no gerenciamento do processo de desenvolvimento da atividade de Extensão e de Cultura na UFSC e que estivessem em efetivo exercício por ocasião da coleta de informações.

Compete aos sujeitos da pesquisa, no exercício da função de gestor:

- a) Pró-Reitor de Extensão, suas atribuições compreendem, entre outras, coordenar a execução das ações inerentes à política de extensão, definida pelo Conselho Universitário, zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público (UFSC, 2014d);
- b) Secretário de Cultura, suas atribuições compreendem, entre outras, integrar a cultura às atividades de ensino, pesquisa e

- extensão e também pelo Projeto Fortalezas estar vinculado a esta Secretaria (UFSC, 2015e); e,
- c) Coordenador do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, suas atribuições compreendem, entre outras, promover ações de vinculação do Projeto Fortalezas com as áreas acadêmicas da UFSC (UFSC, 2015e).

Definida a população e observando-se os critérios delineados, os sujeitos a serem entrevistados ficam assim definidos conforme Quadro 2 - Potenciais Participantes da Pesquisa.

Quadro 2 - Potenciais Participantes da Pesquisa

SUJEITOS	QUANTIDADES
Pró-Reitor de Extensão/UFSC	03
Secretário de Cultura/UFSC	02
Coordenador do Projeto Fortalezas/UFSC	01
Total	06

Fonte: Elaborado pela Autora.

Entretanto, dos 06 (seis) gestores elencados para participarem da Pesquisa – Vide Quadro 2 - Potenciais Participantes da Pesquisa, 02 (dois) não se disponibilizaram, ou seja, não concederam entrevista, sendo que 01 (hum), manifestou recusa e o outro se encontra ausente do País para formação. Considerando este fato, a amostra de pesquisa, ficou constituída por quatro sujeitos. Vide Quadro 3 - Sujeitos Participantes da Pesquisa.

Quadro 3 - Sujeitos Participantes da Pesquisa

SUJEITOS	QUANTIDADES
Pró-Reitor de Extensão/UFSC	01
Secretário de Cultura/UFSC	02
Coordenador do Projeto Fortalezas/UFSC	01
Total	04

Fonte: Elaborado pela Autora.

Para Triviños (2001), o tamanho da amostra não é fixo, podendo diminuir ou aumentar, de acordo com as necessidades estabelecidas no desenvolvimento do Estudo, embora se recomende que o número de sujeitos não deva ser inferior a cinco. O tamanho da amostra é fixado, de

acordo com os critérios delineados. Na pesquisa qualitativa, não se apoia na estatística para fixar o tamanho da amostra, como ocorre na pesquisa quantitativa. Neste contexto, metodologicamente o processo de análise das informações coletadas ocorreu a partir do processo de análise dos quatro sujeitos que participaram da entrevista.

5.3 COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental (arquivos físicos e eletrônicos, legislação, estatutos, regimentos, normatizações, PDI (UFSC, 2009b; UFSC, 2014e), relatórios de gestão, entre outros documentos) e bibliográfica (livros, periódicos, sites institucionais, teses e dissertações) e da aplicação de entrevista semiestruturada.

A entrevista semiestruturada foi utilizada para obter informações por meio das falas dos sujeitos. De acordo com Triviños (1987), a entrevista semiestruturada compreende um conjunto de perguntas básicas e derivadas. As perguntas básicas fixam as possibilidades de limites do fenômeno, sendo que a partir destas e com a obtenção das respostas surgem as perguntas derivadas que aprofundam a temática pesquisada. As perguntas básicas e derivadas foram elaboradas a partir da teoria trabalhada neste Estudo e nos objetivos da pesquisa. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. Vide Apêndice A - Instrumento de Coleta de Informações.

Para a realização da entrevista semi-estruturada e em consonância aos objetivos anteriormente propostos, foram definidos a priori as seguintes categorias e os seus respectivos conteúdos base de acordo com o Quadro 4 - Categorias e Conteúdos Base.

Quadro 4 - Categorias e Conteúdos Base

CATEGORIAS	CONTEÚDOS BASE
Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina	- Concepção. - Finalidade. - Vinculação as atividades acadêmicas.
Universidade	- Concepção. - Gestão.
Extensão Universitária	- Política Pública de Extensão Universitária. - Política Institucional de Extensão. - Articulação Projeto Fortalezas.

Fonte: Elaborado pela Autora.

Para Burigo (2003, p. 177), “A definição das categorias deve ter como preocupação básica o conteúdo nela inserido. O que diferencia basicamente uma categoria da outra é o conteúdo”. Já os conteúdos base, se constituem em elementos essenciais para a definição de cada categoria, permitindo distinguir uma categoria da outra (BURIGO, 2003; CHEPTULIN, 1982).

O período da coleta de informações, ocorreu entre os dias 10/07 a 04/08/2015. Os sujeitos integrantes da amostra foram receptivos ao tema do Estudo, havendo satisfatória manifestação para o agendamento das entrevistas. Antes do início de cada entrevista solicitei a autorização para a gravação digital, para posterior transcrição da mesma.

A duração média, de cada uma das 4 (quatro) entrevistas, foi de 20 minutos. Cabe relatar que, quando entrei em contato, por e-mail, com os sujeitos selecionados para a amostra, perguntando se desejariam participar da pesquisa, fiz um breve relato a respeito do tema, apresentando os objetivos e as datas para eles definirem a que desejavam. Nas respostas de confirmação, afirmaram ser o tema relevante, desta forma indicando o dia e horário disponível. As entrevistas aconteceram no local de trabalho de cada gestor. Os entrevistados estavam descontraídos, discorrendo sobre os questionamentos sem constrangimentos, demonstrando interesse no que era abordado e confiança em apresentar a sua opinião.

Para análise das respostas foi utilizada a Técnica de Análise de Conteúdo. Segundo Triviños (1987), esta técnica possibilita ao pesquisador colher informações por meio da análise objetiva das respostas obtidas. Os dados coletados no processo de desenvolvimento das entrevistas foram analisados tendo como base o referencial teórico trabalhado ao longo do Estudo da temática em questão.

Conforme Bardin (1977), a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos ou técnicas de interpretação dos discursos dos sujeitos participantes do estudo, que podem se adaptar a um vasto campo de aplicação nas comunicações, onde seu propósito é o estabelecimento de procedimentos para obter um relato objetivo, sistemático e quantitativo dos conteúdos perceptíveis nas mensagens e, inclusive, o que estes conteúdos conseguirão transmitir após serem categorizados.

Nesse sentido, estruturei a continuidade dos estudos, iniciando com a transcrição das entrevistas, mantendo todas as expressões utilizadas, sem subtrair, acrescentar ou alterar qualquer fala, para não

distorcer suas expressões ou alterar a interpretação de cada um deles a respeito dos questionamentos realizados.

Após a transcrição das entrevistas, sucedeu-se uma leitura minuciosa do material digitado, sendo guiada pela pergunta de pesquisa, o referencial teórico e as categorias definidas, em que busquei assinalar nas falas dos entrevistados, elementos ou conteúdos condizentes. Na sequência, defini um código para cada sujeito da amostra, no intuito de manter as suas identidades em sigilo e poder identificá-los no processo de análise dos seus conteúdos, que ficou assim atribuído:

- a) G1 – Gestor 1;
- b) G2 – Gestor 2;
- c) G3 – Gestor 3; e,
- d) G4 – Gestor 4;

Concluída esta etapa, agrupei as informações que poderiam ser quantificadas, para delinear as características pessoais e profissionais dos entrevistados, sendo as informações relatadas e avaliadas conforme os objetivos deste Estudo. As demais falas foram reorganizadas e agrupadas de acordo com o quadro das categorias e conteúdos base (Vide Quadro 4 - Categorias e Conteúdos Base), tendo sido esta etapa bem complexa, considerando que, por vários momentos, as informações eram pulverizadas em mais de uma pergunta, misturando os conteúdos.

Para Burigo (2003, p.183) essa situação é pertinente, quando afirma que "os conteúdos das categorias não estão presentes em cada entrevista, de forma sistemática, de acordo com o roteiro da entrevista", porque a importância na definição da categoria está no conteúdo nela incluída.

Iniciei a análise, refazendo a leitura pormenorizada do referencial teórico e dos fragmentos de falas dos entrevistados, para encontrar as correlações entre ambos, com vistas a eleger as que iriam compor o próximo capítulo - Análise das Informações Coletadas, em que foram tecidas reflexões sobre as informações coletadas, estabelecendo uma relação clara entre a pesquisa de campo realizada e as bases teóricas que as sustentam.

Para a consecução do método de análise de conteúdo, fez-se necessário este processo de categorização dos conteúdos base das informações coletadas, com sua organização e análise, com vistas a uma melhor compreensão do fenômeno investigado, ou seja, o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina como atividade acadêmica.

6 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

Por meio do caminho até então percorrido na presente Pesquisa, neste capítulo - Análise das Informações Coletadas, procuro descrever, analisar e entender as informações coletadas dos entrevistados, para compreender a essência do fenômeno em estudo, com vistas a atender os objetivos previamente delineados.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

A amostra definida para este estudo ficou composta de 4 (quatro) gestores responsáveis pelas áreas de Cultura, Extensão e Coordenação do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, conforme apresentado no Quadro 03 - Sujeitos Participantes da Pesquisa.

Dentre os gestores entrevistados, dois pertencem à categoria funcional de Docente e dois, à categoria de Técnico Administrativo em Educação (TAE). A média de tempo de serviço dos entrevistados na UFSC é de 19 anos, sendo o sujeito com maior tempo é de 33 (trinta e três) anos e o menor tempo de 4 (quatro) anos.

Esclareço que, as informações de caracterização, fornecidos pelos sujeitos da pesquisa, estão apresentados individualmente no Quadro 5 - Caracterização dos Entrevistados.

Quadro 5 - Caracterização dos Entrevistados

Sujeitos	Categoria Funcional	Ingresso na UFSC	Tempo na função de Gestor na UFSC
G1	DOCENTE	2011	1 ano e 11 meses
G2	TAE	1982	11 anos
G3	DOCENTE	1995	4 anos
G4	TAE	1999	3 anos e 3 meses

Fonte: Elaborado pela Autora.

Dos gestores entrevistados, o tempo mínimo de experiência em gestão, foi de 01 ano e 11 meses e, apenas 01 (um) gestor com tempo

maior de 10 (dez) anos. Os demais na média de 04 (quatro) anos de experiência na função de gestor.

Isto posto, com os conhecimentos adquiridos pelos entrevistados no decorrer do período em que exerceram a função de gestor, a coexistência dentro da Instituição e o contato com as políticas públicas e institucionais de extensão, auxiliaram na emissão nas respostas dos questionamentos e ponderações expostas durante as entrevistas.

6.2 ESTUDO DOS RELATOS DOS ENTREVISTADOS

Na sequência deste capítulo são analisados as categorias e os conteúdos base, descritos no Quadro 4 - Categorias e Conteúdos Base, que auxiliaram no atingimento dos objetivos inicialmente propostos, por meio do caminho teórico percorrido para este Estudo (Vide Figura 1 - Caminho Teórico proposto para este Estudo). Ou seja, onde inicie a caminhada, a partir do que eu tenho de mais concreto, que é o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, seguido pela Universidade (concepção e gestão), Extensão Universitária (Política Pública e Política Institucional de Extensão), para com base nestes pressupostos teóricos, buscar compreender a essência do fenômeno estudado, o Projeto Fortalezas como atividade acadêmica.

6.2.1 O Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina

Na primeira categoria abordada, na qual trata do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina da UFSC, foram realizadas três perguntas (Vide Apêndice A - Instrumento de Coleta de Informações). Estas perguntas em consonância com os conteúdos base (Vide Quadro 4 - Categorias e Conteúdos Base) objetivaram investigar sobre o Projeto Fortalezas, o reconhecimento pelos gestores, da sua existência, da sua finalidade e da sua vinculação as atividades acadêmicas da UFSC.

É oportuno lembrar que os sujeitos que compõe a amostra são ou foram gestores que exerceram ou exercem funções diretamente ligadas às áreas de extensão e cultura na UFSC, sendo que todos tiveram ou têm em sua estrutura de trabalho, o desenvolvimento do Projeto Fortalezas como uma de suas atribuições. A Cultura encontra-se aqui representada, devido o Projeto Fortalezas estar vinculado à Secretaria de Cultura da UFSC (Vide ANEXO E - Organograma - Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina).

Com relação ao Projeto Fortalezas todos os entrevistados afirmaram que conhecem o Projeto no que tange a sua visibilidade na Instituição. Neste contexto, destaco as seguintes falas:

Conheço sim o Projeto Fortalezas. Eu trabalho na Extensão há 15 anos e desde então conheço o Projeto Fortalezas. [...] eu trabalhava na Pró-Reitoria de Cultura e Extensão e o Projeto Fortalezas era vinculado (G4).

Sim conheço, conheço o Projeto, conheci o Projeto quando entrei na Secretaria de Cultura, é um Projeto que já existe há bastante tempo aqui dentro da Universidade (G1).

Mas quanto ao desenvolvimento histórico do Projeto Fortalezas, apenas o Entrevistado G2 manifestou ter conhecimento. Os demais entrevistados não se reportaram ao Projeto, de forma temporal, apenas situando-o no momento presente e pontual de suas atuações como gestores.

Destaco a seguinte fala:

O Projeto foi criado para quando da restauração das Fortalezas de São José e Santo Antônio, que a Fundação Banco do Brasil aportou recurso, [...]. Nós aqui fizemos o Projeto de Restauração e executamos. E aí criou-se o Projeto Fortalezas, para administrar as Fortalezas e depois manter e conservar abertas ao público [...] (G2).

Mesmo de forma temporal, não se identificou na fala dos gestores, por exemplo, a importância destas fortificações para o povoamento e desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, sua fauna, sua flora, a arquitetura de suas edificações, aspectos históricos, conhecimentos estes que poderia suscitar nos gestores interesse na gestão acadêmica destes bens, ou seja, em proveito para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

Quando questionados sobre a finalidade do Projeto Fortalezas, 02 (dois) entrevistados deram ênfase a preservação, manutenção e restauração destes sítios históricos.

Destaco aqui as seguintes falas:

[...] o Projeto Fortalezas tem essa finalidade, cuidar das três Fortalezas e manter aberto à visitação pública (G2).

É um Projeto principalmente visando a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural que envolve as Fortalezas, Ratonas, Anhatomirim, São José (G3).

Conforme dados apontados neste Estudo o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina foi criado em 1989 com o objetivo de gerenciar, manter e restaurar as fortificações de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonas e São José da Ponta Grossa (UFSC, 2014a). A época de sua instituição, estas fortificações se encontravam em ruínas, sendo este o objetivo inicial para a criação do Projeto Fortalezas. Mas já antevendo a visão de alguns gestores daquela época, foi postulado a inter institucionalidade do Projeto para com as atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFSC (SOUZA, 2001). Encontrei esta aspiração de articulação com o ensino, a pesquisa e a extensão, na fala dos Entrevistados G1 e G4:

[...] espera-se que ele seja um espaço de sala de aula a céu aberto servindo para a Graduação e a Pós e como Laboratório de Pesquisa para as demais áreas de diversos Cursos (G4).

[...] que ele seja não só como um Museu que está lá parado, mas que seja algo mais ativo, que possibilite essa integração entre Ensino tanto Graduação quanto Pós-Graduação, com estas estruturas (G1).

Segundo a literatura investigada, a gestão das Fortalezas pela UFSC está voltada para os seguintes propósitos: funções administrativas e gerenciais dos fortes, ao desenvolvimento de pesquisa e extensão da UFSC e atender a visitação pública (TONERA, 2012).

Nesta perspectiva, torna-se imperativo localizarmos na fala dos gestores de que forma eles concebem o Projeto Fortalezas no processo de desenvolvimento de atividades acadêmicas a partir destes sítios históricos.

Precisa ser algo que esteja a serviço da Universidade também, hoje a forma como ele está colocado, ele é um Patrimônio Histórico que está sendo administrado pela Universidade, mas principalmente para turistas e visitantes (G1).

Percebe-se nesta fala que o gerenciamento desses sítios históricos não deve se limitar apenas no atendimento à visitação pública. Resgatando Silva (2000), é preciso pensar as Fortalezas como um espaço educacional complementar as atividades acadêmicas da UFSC e não somente como objeto de curiosidade turística.

Explorando um pouco mais a fala dos entrevistados, identifiquei a ausência de políticas de gestão que promovam as Fortalezas como espaço potencial de sala de aula, sejam estas políticas advindas da Cultura, haja vista o Projeto estar vinculado à Secretaria de Cultura da UFSC ou por meio da Pró-Reitoria de Extensão que possui alinhamento as diretrizes do Plano Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012).

Destaco as seguintes falas:

[...] primeiro tem que ter uma vontade muito grande da Administração desse patrimônio, que é a própria Gestão [...]. [...] precisa ter um conhecimento dos Cursos de que existe essa possibilidade, passa por uma falta deles em saber que tem essa perspectiva, a Gestão teria que informar os Cursos para que eles mostrem o seu interesse [...]. [...] a busca de recursos, porque só vai acontecer alguma coisa se tiver recursos, desde o mais básico que é como transportar os alunos até as Ilhas [...] (G1).

É claro que tem muitas dificuldades de se deslocar das salas de aula [...]. É muito mais fácil vir dar sua aulinha e depois ir embora, se deslocar para lá vou perder muito mais tempo, mais com certeza os alunos iriam aprender muito mais. Tem alunos que passam na UFSC e não conhecem as Fortalezas (G2).

Todavia, na percepção dos Gestores Entrevistados, as Fortificações deveriam ser utilizadas como espaço de sala de aula, corroborando com o FORPROEX (2012), quando afirmam que as ações

de ensino e pesquisa não devem se limitar apenas aos espaços da universidade e que diante da possibilidade de multiplicidade de espaços é que o estudante passa a ser o protagonista de sua formação.

Eu imagino que os professores dessas áreas, Antropologia, História, Geografia, pudessem usar para visita de alunos, visitas de campo e que pudessem além de ensinar os alunos a teoria, levar para eles conhecerem a prática, como que é, porque lá tem tudo, preservação ambiental, patrimônio histórico, fauna, flora, tudo que possa ser útil, já que é um patrimônio da UFSC, que sirva para os alunos enquanto fonte de conhecimento (G4).

Porém na fala do Entrevistado G2 é possível identificar um exemplo da materialidade do Projeto Fortalezas às atividades acadêmicas, quando descreve mais detalhadamente as atividades desenvolvidas pelos alunos e professores por meio do LABSOLAR (TONERA, 2001a), como exemplo pautado nas ações extensionistas, estabelecidas a partir de atividades integradas do ensino e da pesquisa.

Hoje tem apenas pessoal da Engenharia do Lab Solar, que trabalha constantemente com a gente, mantém Ratonés. Tem umas placas solares, alunos estudando e fazendo. Estão em fase de testes dos barcos com energia solar, a ideia é instalar uma bateria maior em Ratonés e uma pequena em Anhatomirim, para os barcos navegarem livres. Este é um projeto sempre ativo, eles são muito bons, muito competentes e para eles aquilo ali, para o próprio curso aquilo dá um respaldo interessantíssimo, eles conseguem novos apoios, financiamento, mostrando o que eles estão fazendo, eles estão fazendo estudo, mas devolvendo. Ratonés se mantém 100% com a energia solar, a ilha com sistema de coleta de água que foi feito no Século XVIII pelos portugueses, parte ainda está inteira, a gente usou motor movido a energia solar para água que foi projetada no século XVIII para levar para cima, então, é altamente sustentável (G2).

No que tange a categoria Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina com base nos depoimentos dos Entrevistados é possível afirmar que embora eles atestem a existência do Projeto, os mesmos demonstram falta de conhecimento do seu desenvolvimento histórico. Dos entrevistados, 02 (dois) afirmam que a finalidade do Projeto Fortalezas está na preservação, manutenção e restauração destes sítios históricos. Mas, os demais, manifestam que, também é finalidade potencializar estes espaços para fins acadêmicos.

Isto posto, é possível constatar a ausência no processo de desenvolvimento da política institucional de gestão uma visibilidade acadêmica do Projeto Fortalezas como uma ação efetiva de gestão.

6.2.2 Universidade

Na segunda categoria abordada, na qual trata da Universidade, foram realizadas duas perguntas que objetivaram investigar sobre a concepção de universidade e de gestão no que tange a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Esta categoria, se sustenta nos conteúdos base: Concepção e Gestão.

Com relação a concepção de universidade foi possível perceber que os gestores entrevistados a concebem como uma instituição social (CHAUI, 2003), voltada para os interesses da sociedade.

[...] universidade pública, gratuita, de qualidade, também inclusiva, uma universidade que atenda a todos. (G4).

Segundo literatura investigada neste Estudo, Chauí (2003) concebe a universidade como instituição social por refletir o modo de funcionamento da sociedade, conflitos e contradições, uma ação e prática social que lhe confere o reconhecimento público.

Todavia para Wanderley (2003) e Ribeiro (1977) a instituição universidade ao longo da sua história tem sido acusada de ser elitista e desvinculada das problemáticas sociais contemporâneas, precisando interagir com a comunidade que a cerca, recebendo suas demandas e gerando expectativas tornando imperativo que abra suas portas em resposta às exigências da sociedade, conforme a fala do Gestor Entrevistado, G2:

[...] oferecer não só a graduação para os alunos, mas também oferecer isso a comunidade, [...]. [...] trabalho social com pesquisas, outras ações que possam vir em benefício da coletividade (G2).

Esta responsabilidade social da universidade perpassa também pela sua essência, ou seja, a formação (BURIGO, 2003). Essa, a formação, deve ser efetivada por meio da tríplice tarefa da universidade em promover o ensino, a pesquisa e a extensão. Destaco aqui, as falas dos Gestores Entrevistados G1 e G3, suas concepções sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão nas universidades:

[...] Universidade tem que ser muito plural, ela tem que permitir diferentes cursos [...], [...] tenha muitas áreas do saber [...]. [...] precisa ter uma preocupação, sobretudo com o Ensino [...]. [...] é o lugar de Pesquisa, de Extensão [...], [...] a Universidade não pode estar fechada para dentro dela, tem que se abrir para fora [...] (G1).

[...] visa a formação de profissionais, a produção e a difusão de conhecimento e eu considero que ela deve buscar desenvolver com excelência três atividades, Ensino, Pesquisa e Extensão. Ela é diferente de um Colégio de 3º grau, que se dedicaria apenas ao Ensino (G3).

De acordo com a teoria investigada, o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988) é o que difere as universidades públicas das demais instituições de ensino superior, colocando-as como ideal de referência para o conjunto das IES (FORPROEX, 2012).

Mas no interior da Universidade este preceito da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não são bem compreendidos e materializados, de acordo com a fala dos Entrevistados. Os Gestores destacam a importância de cada uma destas atividades, porém não as contextualiza de forma indissociável.

Os três são fundamentais porque o Ensino é o objetivo primeiro da universidade, que é transmissão do conhecimento [...]. A Pesquisa é fundamental que é o que faz ir para a frente, senão

vou ficar aqui cem anos, dando a mesma aula, a mesma coisa, eu nunca vou está me atualizando. [...] e a Extensão é fundamental, que é o que falei antes, que é esse trânsito que a gente tem com a comunidade (G1).

Esta indissociabilidade (BRASIL, 1988) requer na visão dos Gestores, também por meio de um diálogo interdisciplinar e uma organização curricular que permita aos estudantes e professores irem além da mera transmissão do conhecimento para a produção do conhecimento (FORPROEX, 2006). Destaco aqui a fala do Gestor G2 ao explicitar a falta de integração entre as áreas do ensino, da pesquisa e da extensão e estas com a sociedade, segundo ele tendo como causa, a falta de uma política de gestão:

A gente conhece trabalhos magníficos em Pesquisa. Publicam, mas não informam a comunidade. Tem gente na Universidade que está trabalhando o Ensino, outro com a Pesquisa e outro a Extensão, e não se falam. Trabalhando a mesma temática e não se conhecem. Acho que isso é um problema de Gestão da Universidade. Isso não favorece essa integração com o ensino, a pesquisa e a extensão, para oportunizar que esses cursos trabalhem juntos e devolvam isso a comunidade. A Universidade está devendo muito para a sociedade nesse ponto. As grades curriculares acabam sendo uma vontade de um departamento [...] (G2).

Na fala do Gestor Entrevistado G3, esta falta de integração se materializa essencialmente com a atividade de extensão. Cabe resgatar que o preceito constitucional da indissociabilidade (BRASIL, 1988) e o Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, 2001) situam a extensão universitária como uma atividade acadêmica também produtora de conhecimento, destacando a importância da Extensão para as universidades essencialmente como um efetivo canal de comunicação com a sociedade.

[...] eu vejo na prática como experiência como professor, a dimensão do Ensino e da Pesquisa normalmente estão integradas. Mas a dimensão da

Extensão nem sempre está integrada. Da Cultura também, e é difícil muitas vezes as pessoas terem uma concepção de Extensão que realmente seja integrada com a Pesquisa. Nós precisamos levar o conhecimento para fora da Universidade, então a Universidade ela tem como o principal objetivo, a produção do conhecimento. Na Universidade o objetivo é que a gente produza, pesquise e leve para a população. Isto seria o tripé (G3).

O Gestor, G4, destaca que no novo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014d), até 2024 todos os cursos de graduação devem ter pelo menos 10% de suas ações destinadas as atividades de Extensão. Cabe destacar que esta creditação curricular da extensão já estava prescrita no PNE 2001-2010 (BRASIL 2001), o que não garante mais uma vez, que apenas por força da Lei, esta destinação virá a ser cumprida.

Esta já é uma tentativa de 2001 que já constava e ninguém fez nada. Agora é lei, até 2024 todos os cursos de Graduação devem ter pelo menos 10% destinados em Projetos e Programas. Ai quem sabe a gente consiga essa integração das três áreas porque a Extensão vai ter que estar presente nos currículos e dessa forma como a Pesquisa já está nos currículos de Graduação. Que a universidade aproveite de todos os seus recursos para que os alunos tenham uma formação integral (G4).

Em síntese, tendo como base a categoria Universidade, é possível afirmar que embora os Gestores Entrevistados concebam a universidade como uma instituição social, no processo de sua interação com a sociedade, eles por meio de sua prática, demonstram ter dificuldade de materializar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão como uma ação de gestão institucional.

Destá forma o entendimento acerca do que seja ensino, pesquisa e extensão e do porquê devem se sustentar de forma indissociável denota a ausência de uma Política Institucional que perpassa também pelo processo de formação dos gestores e das condições para a concretização desta prática.

6.2.3 Extensão Universitária

Na terceira e última categoria abordada, na qual trata do tema Extensão Universitária, foram realizados três questionamentos, que objetivaram investigar a concepção de Política Pública de Extensão Universitária e Política Institucional de Extensão, bem como de que forma a Política Institucional de Extensão pode contribuir para a vinculação do Projeto Fortalezas as atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão). Esta categoria se consubstancia nos conteúdos base: Política Pública de Extensão Universitária, Política Institucional de Extensão e Articulação Projeto Fortalezas.

Os gestores entrevistados reconhecem a existência de uma Política Pública de Extensão Universitária. Destaco aqui a seguinte fala:

Nós temos a Política Nacional de Extensão que é amplamente discutida no FORPROEX, publicada em 2012, [...]. [...] e que nós estamos alinhados a ela. [...] é através de editais ou de iniciativas da própria Universidade. [...] o PROEXT SESu/MEC é o maior (G4).

O FORPROEX (2012), apresentou em 2012 o Plano Nacional de Extensão, por meio de um conjunto de ações e diretrizes que permitem dar unidade nacional aos programas que já estavam em desenvolvimento nas universidades brasileiras a época, com recursos financeiros para a execução de políticas correlatas, reconhecendo a extensão como produtora de conhecimento e de relevância social da universidade.

Neste contexto Nogueira (2000), enfatiza que a institucionalização da extensão deve ser vista como um instrumento pelo qual se possa recuperar a função social da universidade e de sua credibilidade perante a própria sociedade que a mantém.

O aporte financeiro para a extensão se dá por meio do Programa de Extensão Universitária (BRASIL, 2014c), que apoia as universidades no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão, com ênfase na inclusão social. Estes programas ou projetos de extensão devem estar vinculados ao projeto pedagógico de cada curso, expressando assim a ideia de integralização e flexibilização curricular.

Na fala dos Gestores Entrevistados, ficou evidente que o desenvolvimento das atividades de extensão sofre com a escassez de recursos e de uma política de gestão que promova a integração entre as

áreas acadêmicas do ensino, pesquisa e extensão. Essa integração, aproximação das áreas acadêmicas é o que permite implementar um processo de democratização do conhecimento, favorecendo, por meio da extensão, a integração entre os saberes acadêmico e popular, no confronto com a realidade (NOGUEIRA, 2005).

Destaco as seguintes falas:

[...] a Política Pública ela existe no Brasil, existe uma preocupação com a Extensão, [...]. [...] mas parece que os questionamentos são sempre os mesmos, não existe verba suficiente, não existe muitos recursos, não existe muita integração com outras áreas dentro da Universidade (G1).

[...] não tive muito acesso, não participei muito do FORPROEX. Nós tínhamos uma Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão, então seria mais uma questão de ela ter mais contato com as Políticas (G3).

Hoje tem algumas Políticas, [...]. [...] a gente discutiu muito essa indissociabilidade, 10 anos atrás se falava muito mais disso, a extensão é uma via de mão dupla, troca de saberes, [...]. [...] tem umas propostas muitos interessantes, mas não vejo na prática, ou por incompetência da Gestão da Universidade, por falta de cobrança da Universidade. [...] falta a vontade política nas universidades e do Governo Federal, (G2).

Com relação a concepção de Política Institucional de Extensão, foi possível constatar que não há uma compreensão clara da forma como a Política Institucional se dá no interior da Universidade.

Destaco aqui as seguintes falas:

A nível de Pró-Reitoria de Extensão se preocupa muito com os projetos dos professores para a comunidade, mas ela por si própria não se preocupa em trazer a comunidade para dentro, que acho que é uma ação que deve ser independente dos professores, né, a Pró-Reitoria organizar determinados eventos para a comunidade, sem depender dos professores [...] (G1).

Extensão seria exatamente como o nome diz, estender para fora da universidade, mostrar sua pesquisa, intervir também, eu acho, é importante uma certa intervenção, se você tem uma coisa relevante, principalmente em algumas áreas você consegue ver isto mais facilmente. Ela deveria ser mais discutida, ver o papel dela. A Pró-Reitoria de Extensão deveria trabalhar melhor este conceito, o que é exatamente. (G3).

[...] nesta gestão a gente está buscando discutir mais a Extensão dentro da Universidade. Porque volto a dizer que parece uma preocupação só nossa da Extensão, talvez a Graduação ainda não esteja atenta ao quão importante é. (G4).

Os Entrevistados afirmam ter conhecimento acerca da existência de uma Política Nacional de Extensão, mas, no âmbito da UFSC essa Política não se materializa efetivamente. Por outro lado, ficou também evidenciado a falta de conhecimento eminente dos gestores, apesar de afirmarem, sobre o processo de desenvolvimento da Política Pública de Extensão que aponta diretrizes para a Política Institucional de Extensão.

Os efeitos do despreparo dos gestores acerca da sua formação sobre políticas públicas se tornam mais evidentes quando questionados sobre de que forma a Política Institucional de Extensão Universitária pode contribuir para a vinculação do Projeto Fortalezas as atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) da UFSC.

Neste contexto, destaco a fala dos Gestores Entrevistados G1 e G4 que entendem que essa vinculação deva acontecer por meio da ação da SeCult em parceria com a ProGrad:

[...] acho que qualquer movimento para promover essa integração teria que ser entre SeCult e ProGrad [...]. [...] tem que chamar esses professores e esses cursos e informar que existe este projeto, que existe essa intenção de se juntar essas duas coisas, se crie projetos em conjunto e a partir disso então se tenta buscar recursos para que esses projetos aconteçam. Então eu acho que a Pró-Reitoria de Extensão, na estrutura que a gente tem na universidade hoje não teria a ver com essa

integração, isso seria SeCult com ProGrad e a partir disso se vai para os cursos (G1).

Eu imagino assim que o Projeto Fortalezas possa fazer contatos com os cursos, a própria ProGrad, e se colocar à disposição com esta iniciativa de curricularização (G4).

A Secretaria de Cultura da UFSC, tem como um dos seus propósitos a integração da cultura com as atividades acadêmicas da UFSC e entende que as fortificações, por meio do Projeto Fortalezas são celeiro inesgotável de possibilidades para o ensino, pesquisa e extensão universitária (UFSC, 2014b).

Embora vinculado à SeCult, o Projeto Fortalezas (UFSC, 2014a) é um projeto de extensão desde a sua origem e no transcorrer dos seus quase 27 anos de existência, fora vinculado a maior parte deste período na então extinta Pró-Reitoria de Cultura e Extensão.

A política da UFSC para a área da extensão é apresentada por meio de objetivos e metas expressas no Plano de Desenvolvimento Institucional (UFSC, 2009b; 2014e). Promover a inclusão da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFSC é uma das metas a que se propõe a PROEX (UFSC, 2014d).

Esta meta almejada pela PROEX está alinhada as diretrizes estabelecidas pelo FORPROEX (2012), como uma política pública para toda a área da extensão. Flexibilização curricular, tendo o ensino, pesquisa e extensão como ponto de referência, propõe uma nova concepção de universidade, uma nova organização curricular onde a graduação vá além da mera transmissão do conhecimento para a produção do conhecimento (FORPROEX, 2006).

Neste contexto, resgato também uma das diretrizes do Plano Nacional de Graduação (FORGRAD, 2003) ao propor o aumento de interfaces entre as diversas áreas do conhecimento nos níveis de ensino, pesquisa e extensão que compõem um determinado processo de formação – curso, abrindo assim, caminho para a flexibilização curricular. Para tanto, faz-se urgente reformas curriculares dos cursos de graduação a fim de atender as constantes transformações que vem ocorrendo na sociedade.

Contudo, o fazer acadêmico da inter-relação entre as áreas e atividades acadêmicas, constitui-se em um grande desafio para a UFSC. Na fala dos Gestores Entrevistados as áreas acadêmicas não se

relacionam entre si e se constituem como feudos, dissociadas de uma Política Institucional que vem se apresentando basicamente pelo formalismo da lei como o PDI (UFSC, 2009b; 2014e), por exemplo, mas que na prática, parece inexistente.

Destaco aqui a seguinte fala:

As áreas da Universidade, as Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa, Cultura e Extensão não conseguem conversar. A Cultura poderia estar fazendo um trabalho belíssimo com a Graduação. Mas não se falam. O Ensino poderia fazer um trabalho com a Extensão. [...] a Extensão para um lado, a Pesquisa para o outro, a Graduação para o outro, [...] (G2).

O Gestor Entrevistado G4, potencializa um número bastante expressivo de ações de extensão registradas anualmente, todavia se reporta ao Projeto Fortalezas como sendo apenas mais um dentre os 8.000 registros de extensão (UFSC, 2015b), dissociado de uma Política Institucional de Extensão.

[...] o Projeto Fortalezas só é um projeto registrado como um projeto de extensão no Banco de Dados Notes, assim como as outras 8.000 ações de extensão são registradas por ano. Hoje não temos nenhuma interface realmente. O que a Proex apoia o Projeto Fortalezas atualmente: bolsas de extensão quando solicitado e só. Se resume a isso (G4).

Finalizando, no que tange a categoria da Extensão, os Gestores Entrevistados reconhecem, portanto, a existência de uma Política Pública de Extensão Universitária, mesmo porque, na qualidade de gestores da área de Extensão, participam das reuniões e eventos propostos pelo FORPROEX.

Mas estes mesmos Gestores desconhecem essencialmente a Política Pública de Extensão e por consequência negam a existência de uma Política Institucional de Extensão Universitária.

A Política Pública de Extensão, está essencialmente vinculada a escassez de recursos e com isto limitam outras possibilidades de interlocução com a área de ensino e da pesquisa. Neste contexto, o

Projeto Fortalezas é apenas mais um projeto de extensão, desconhecendo seu potencial acadêmico. A vinculação do Projeto a SeCult, o distância de uma efetiva parceria para o fomento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Estudo tem como objetivo compreender como se constitui o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina como atividade de extensão e sua inter-relação com as atividades de ensino e de pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina, a partir do olhar dos seus gestores.

Para cumprir meu objetivo, tracei um caminho teórico, pelo qual parti da minha realidade concreta, ou seja, do que considero mais próximo, o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, um Projeto de Extensão que faz parte da estrutura da Universidade Federal de Santa Catarina. Investiguei a seguir sobre a a Universidade (Concepção e Gestão); Extensão Universitária (Política Pública e Política Institucional de Extensão Universitária).

Ao dar início no processo de análise a fim de responder o objetivo de pesquisa inicialmente proposto, considerava que as atividades de Extensão na UFSC já estavam consolidadas também por meio do Projeto Fortalezas. Todavia, ao confrontar a teoria estudada com a realidade, caberia tão somente identificar de que forma se daria a vinculação do Projeto as atividades acadêmicas da UFSC, sendo este um Projeto de Extensão desde a sua origem.

Entretanto ficou evidenciado, que o Projeto Fortalezas não se materializa na prática como uma atividade de extensão associada as atividades de ensino e de pesquisa. Por falta de uma política institucional, o Projeto representa uma ação de cultura disassociada das atividades acadêmicas, na sua essência.

No que tange a concepção sobre o Projeto Fortalezas, os Gestores Entrevistados demonstraram falta de conhecimento quanto ao seu desenvolvimento histórico, embora atestem a existência do Projeto. Quanto as finalidades afirmam que o Projeto está embuído na preservação, manutenção e restauração destes sítios históricos, sendo potencialmente também espaço para fins acadêmicos.

Acredito que por meio de ações extensionistas coordenadas e estabelecidas a partir das atividades acadêmicas de ensino e da pesquisa, as Fortalezas podem servir de espaço de sala de aula onde o aluno possa se apropriar da história de Santa Catarina, no contexto materializado da preservação marinha, da preservação arquitetônica, do desenvolvimento da pesquisa arqueológica, da realização de atividades artístico-culturais e da ampliação de parcerias científicas e técnicas com outras instituições

gestoras de fortificações e/ou outros bens culturais relativos ao patrimônio.

Contudo, os gestores afirmaram que a ausência de políticas de gestão limita a consolidação do Projeto como um espaço potencial ao desenvolvimento de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.

Quanto a concepção de Universidade, os Gestores Entrevistados a concebem como uma instituição social, no processo de sua interação com a sociedade, todavia por meio de suas práticas, demonstram ter dificuldade de materializar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão como uma ação de gestão institucional.

Desta forma o entendimento acerca do que seja ensino, pesquisa e extensão e do porquê devem se sustentar de forma indissociável denota a ausência de uma Política Institucional que perpassa também pelo processo de formação dos gestores e das condições para a concretização desta prática.

O que tange a Extensão Universitária, ficou evidenciado na fala dos Gestores que a Política Pública de Extensão Universitária é uma conquista para todos os segmentos da sociedade brasileira. Por meio da extensão a universidade avança na sua missão, conferindo aos estudantes uma maior aproximação da teoria com a realidade que o cerca, permitindo um passo qualitativo em termos de formação, ao promover a interação dialógica com a sociedade.

Segundo os Gestores Entrevistados, no interior da Universidade a Extensão Universitária sofre com a escassez de recursos e de uma política de gestão que promova a integração entre as áreas acadêmicas do ensino, da pesquisa e da extensão. Todavia, por outro lado, desconhecem essencialmente as diretrizes da Política Pública de Extensão, e por consequência negam a existência de uma Política Institucional de Extensão Universitária.

Neste contexto, evidencia-se uma contradição no presente Estudo, ou seja, ao mesmo tempo que os gestores potencializam o Projeto Fortalezas como uma atividade acadêmica, esta atividade é negada por falta de uma ação de Gestão Universitária.

Isto posto, com vistas ao fortalecimento das relações do Projeto Fortalezas com as atividades acadêmicas, proponho:

- a) A criação de um fórum permanente representativo dos gestores das áreas acadêmicas do ensino, pesquisa e extensão da Instituição, com vistas a discussão dos temas

- flexibilização curricular, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade;
- b) Reuniões regulares unificadas entre as Câmaras de Ensino, de Pesquisa e Extensão para a discussão do princípio constitucional da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, com o propósito de criar políticas de gestão que promova a integração entre as áreas acadêmicas;
 - c) Realização de curso de formação para o exercício da função de gestor na UFSC, com foco especial em políticas públicas, em parceria com o Programa de Formação Continuada para Professores da UFSC – PROFOR/ProGrad e com a Coordenadoria de Capacitação de Pessoas – CCP/SEGESP;
 - d) Promover os espaços das Fortificações sob a gestão do Projeto Fortalezas, por meio da visitação de gestores, alunos, professores e técnicos administrativos em educação da UFSC, com vistas a conhecerem o potencial acadêmico destes sítios históricos;
 - e) Promover atividades buscando uma maior integração do Projeto Fortalezas com a comunidade universitária por meio de oficinas, debates, reuniões, exposições, apresentações culturais e outras, socializando o seu potencial cultural e acadêmico;
 - f) Abertura de Edital unificado entre as áreas do ensino, pesquisa e extensão, com aporte financeiro, para submissão de projetos e/ou programas institucionais com abordagem e uso das Fortificações de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Rationes e São José da Ponta Grossa, como espaço cultural e acadêmico; e,
 - g) Submeter ao Conselho Universitário Projeto com vistas a quiçá criação de um Departamento e/ou Secretaria do Patrimônio Histórico e Cultural da UFSC, que contemple as Fortalezas, o Núcleo de Estudos Açorianos e quiçatodas as ações relativas ao patrimônio histórico e cultural, material e imaterial existentes na UFSC. Ou ao menos que estas ações sejam voltadas a área da Cultura.

Diante dos resultados obtidos, almejo que a reflexão desenvolvida neste Estudo, suscite novas discussões visando repensar o potencial acadêmico das Fortificações sob a gestão do Projeto Fortalezas, no processo de fortalecimento da atividade de extensão na

UFSC pois, como Mestranda em Administração Universitária, acredito que a Gestão Universitária tem como um dos seus objetivos o aprimoramento e fortalecimento das atividades acadêmicas da Instituição, como materialidade da sua missão, como uma instituição social.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Joi Cletison. Fortalezas de Santa Cruz, São José e Santo Antônio. In: 6º SEMINÁRIO DE CIDADES FORTIFICADAS E 1º ENCONTRO DE GESTORES DE FORTIFICAÇÕES, 2010, Florianópolis. **Atas virtuais...** Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em:
<http://cidadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2010_6sem_palestra_apresentacao-fortalezas3.pdf>. Acesso em: abr. 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de pessoas em organizações públicas**. 3. ed., Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.
- BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1996.
- BRASIL. **Decreto Lei nº 19.851** de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Diário Oficial, Rio de Janeiro, RJ, 11 abr. 1931. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: out. 2014.
- _____. **Lei nº 3.849** de 18 de dezembro de 1960. <Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3849-18-dezembro-1960-354412-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: jan.2015.
- _____. **Lei nº 4.759** de 20 de agosto de 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: jan. 2015.

BRASIL. **Lei nº 5.540** de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: fev. de 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.pdf>. Acesso em: mar. 2014.

_____. **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: fev. de 2015.

_____. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, jan. 2001, p. 128. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.172-2001?OpenDocument>. Acesso em: mar. 2014.

_____. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em: out. 2015.

_____. **Notícias em destaque: R\$ 1,9 bilhão do PAC cidades históricas**. Ministério da Educação e Cultura. 2014a. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/r-1-9-bilhao-do-pac-cidades-historicas/10883>. Acesso em: out. 2014.

_____. **PAC cidades históricas: patrimônio, desenvolvimento, cidadania**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2014b. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17776&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: out. 2014.

BRASIL. **PROEXT: apresentação**. 2014c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&Itemid=488>. Acesso em: out. 2014.

_____. **Conhecendo o PNE**. 2014d. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/conhecendo-o-pne>>. Acesso em: dez. 2015.

_____. **IPHAN completa 70 anos de proteção da memória brasileira**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2015a. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13496&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: jan. 2015.

_____. **Biblioteca da Presidência da República: Getúlio Vargas**. 2015b. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/nome-do-presidente>>. Acesso em: fev. de 2015.

_____. **Ministério da Defesa: Exército brasileiro**. 2015c. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/>>. Acesso em: nov. 2015.

BURIGO, Carla Cristina Dutra. **O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na universidade federal: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. ; LOCH, Clésar Luiz. Gestão de pessoas: de recursos humanos ao processo de desenvolvimento humano e social. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n1, jan./jun. 2011.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Laudes, 2ª edição, 1970.

CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932: a causa paulista**. Brasiliense, 1981. v. 15.

CARNEIRO, Moaci Alves. **Extensão universitária. Versão e perversões: estudo tentativo de identificação do débito social das**

universidades federais do nordeste. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: abril 2013.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética.** São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

FORGRAD – FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Concepções e implementação da flexibilização curricular.** 2003. Disponível em: <http://www.forgrad.com.br/documentos_outros.php>. Acesso em: out. 2014.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. In: ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. 1987, Brasília. **Anais...** Brasília: FORPROEX, 1987. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: out. 2014.

_____. **Plano nacional de extensão universitária.** Ilhéus: Editus, 2001. Extensão Universitária, v.1.

_____. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão.** Porto Alegre; UFRGS, 2006. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/04-Indissociabilidade-Ensino-Pesquisa-Extensao/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>>. Acesso em: out. 2014.

_____. **Política nacional de extensão universitária.** Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: abr. 2013.

FOSSARI, Tereza Domitila. O Projeto Fortalezas. In: TONERA, Roberto. **Fortalezas multimídia**. Florianópolis: Projeto Fortalezas Multimídia/Editora da UFSC, 2001. (CD-ROM)

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GOERGEN, Pedro. Universidade e compromisso social. In: RISTOFF, Dilvo I.; MOLL, Jaqueline; SEVEGNANI, Palmira. (Orgs.). **Educação superior em debate 4: universidade e compromisso social**. Brasília, DF: INEP, 2006.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez; Universidade Federal do Ceará: Autores Associados, 1986.

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, Jose Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 2. ed. Brasília, DF: Ed. UnB, 2010.

MACHADO, Rosangela Maria de Melo. **Fortalezas da ilha de Santa Catarina: um panorama**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1994.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana C. (Orgs.). **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: UFMG, PROEX, 2000.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, 1983.

QUEIROZ, Antônio Diomário de. Viabilização turística das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina. In: TONERA, Roberto. **Fortalezas multimídia**. Florianópolis: Projeto Fortalezas Multimídia/Editora da UFSC, 2001. (CD-ROM).

RAMOS, Cléia Normandina Silveira. **A colação de grau e o espaço público: o olhar do gestor**. 1. ed. Florianópolis: UFSC, 2015.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **Administração acadêmica universitária**. Rio de Janeiro, 1977.

ROCHA, R. M. Gurgel. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. In: FARIA, Doris Santos de (Org). **Construção conceitual da extensão na américa latina**. Brasília. Editora UNB, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. Em torno de um novo paradigma sócio-epistemológico. **Revista Lusófona de Educação**, São Paulo, n. 10, 2007.

SANTOS, José Luiz. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SCHLICKMANN, Raphael. **Administração universitária: desvendando o campo científico no Brasil**. 2013. 292 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2013.

SEVERINO, Antonio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. **Revista Educar**, n. 31, p. 73-89, 2008. Editora UFPR.

SILVA, Golias. Projeto fortalezas da ilha de Santa Catarina: uma nova função. In: SALÃO DE CULTURA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 1., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, 2000.

SOUZA, Maria de Lourdes de; SARTOR, Vicente Volnei de Bona; RIBAS, Gilka Reinert. **Encarte**. Educação e gerenciamento da fortaleza no sítio histórico de São José da Ponta Grossa. Florianópolis: UFSC, 1991.

SOUZA, Maria de Lourdes de. O Projeto Fortalezas. In: TONERA, Roberto. **Fortalezas multimídia**. Florianópolis: Projeto Fortalezas Multimídia/Editora da UFSC, 2001. (CD-ROM)

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

TEIXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues. Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. **Revista Da Cultura**, Florianópolis, n. 9, p. 53-64, dez. 2005.

_____. Fortaleza de São José da Ponta Grossa: um dos vértices do triângulo de segurança da baía de Santa Catarina. **Revista Da Cultura**, Florianópolis, n. 16, p. 52-63, abril 2010.

TONERA, Roberto. **Fortalezas multimídia**. Florianópolis: Projeto Fortalezas Multimídia/Editora da UFSC, 2001a. (CD-ROM).

_____. **Glossary**. Fortalezas.org. 2001b. Disponível em <<http://fortalezas.org>> Acesso em: jan. 2015.

_____. Fortalezas de Santa Cruz, Santo Antônio e São José: patrimônio mantido pela UFSC. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE CIDADES FORTIFICADAS E PRIMEIRO ENCONTRO TÉCNICO DE GESTORES DE FORTIFICAÇÕES, 6., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2010.

TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mário Mendonça de; BULHÕES, José Correia Rangel de. **As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio**

Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

TONERA, Roberto. Fortificações catarinenses: patrimônio de Santa Catarina e do Brasil. **Revista História Catarina**, Florianópolis, n. 48, p. 65-82, nov. 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

_____. Abordagem metodológica do estudo: bases metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais: ideias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa. **Caderno de Pesquisa Ritter dos Reis**, Porto Alegre, v. 4, p. 73-106, nov. 2001.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

Estatuto da UFSC. 1982. Disponível em:

<http://www.antiga.ufsc.br/paginas/downloads/estatuto_ufsc_2044.pdf>. Acesso em: jul. 2014.

_____. **Relatório de gestão.** 2004. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134985/RELATORIO_GESTAO_2004.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em dez. 2015.

_____. **Relatório de gestão.** 2008. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134992>>. Acesso em dez. 2015.

_____. **Resolução 003/CUn/2009**, de 08 de dezembro de 2009a.

Disponível em:

<<http://proex.paginas.ufsc.br/files/2012/06/resolu%C3%A7ao-normativa-003CUn2009.pdf>>. Acesso em: fev. 2015.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional 2010-2014.** 2009b.

Disponível em: <<http://pdi.paginas.ufsc.br/>>. Acesso em: jul. 2014.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

Relatório de Gestão da UFSC. 2013. Disponível em:

<<http://dpgi.proplan.ufsc.br/files/2013/02/Relatorio-de-Gestao-2013.pdf>>. Acesso em: out. 2014.

_____. **O projeto.** Projeto fortalezas da ilha de Santa Catarina. 2014a. Disponível em: <<http://www.fortalezas.ufsc.br/>>. Acesso em: abr. 2014.

_____. **Planejamento estratégico: 2014 a 2017.** Secretaria de Cultura. 2014b. Disponível em: <<http://secult.ufsc.br/>>. Acesso em: out. 2014.

_____. **Extensio: revista eletrônica de extensão.** 2014c. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio>>. Acesso em: set. 2014.

_____. **Pró-Reitoria de Extensão.** 2014d. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/proext-mecsesu/>>. Acesso em: out. 2014.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional 2015-2019.** 2014e. Disponível em: <<http://pdi.paginas.ufsc.br/>>. Acesso em: dez. 2015.

_____. Gabinete do Reitor: **Portarias da UFSC.** 2015a. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/portaria.nsf>>. Acesso em: jan.2015.

_____. **UFSC em números.** 2015b. Disponível em: <<http://dpgi.proplan.ufsc.br/files/2013/12/UFSC-EM-NUMEROS-2004-A-2013-nova-vers%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

_____. **Centro de Ciências Jurídicas: Histórico.** 2015c. Disponível em: <<http://ccj.ufsc.br/ccj/historico/>>. Acesso em: fev. 2015.

_____. **Departamento Artístico Cultural.** Secretaria de Cultura. 2015d. Disponível em: <<http://dac.ufsc.br/projeto-1230/>>. Acesso em: out. 2015.

_____. **Regimento interno.** Secretaria de Cultura da UFSC. 2015e. Disponível em: <<http://secult.ufsc.br/>>. Acesso em: out. 2015.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

Catálogo *pergamum*. 2015f. Disponível em:

<<https://pergamum.ufsc.br/pergamum/biblioteca/index.php>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. **Sistema de identidade visual da UFSC**. 2015g. Disponível em: <<http://identidade.ufsc.br/identidade-visual/>>. Acesso em: nov. 2015.

VERGARA, Sylvia. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo, Atlas, 2007.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

ANEXOS

ANEXO A - Mapa de localização das Fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Ratores



Fonte: Projeto Fortalezas (2014).

ANEXO B - Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim

Fonte: Alves (2010).

ANEXO C - Fortaleza de São José da Ponta Grossa

Fortaleza de São José
(Ilha de Santa Catarina/Ponta Grossa)



Início da Construção 1740
Tombamento 1938
(Serviço do Patrimônio histórico Nacional - SPHAN)

UFSC assume 1991
(Universidade Federal de Santa Catarina)

Aberto ao Público para
visitação 1992

Fonte: Alves (2010).

ANEXO D - Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos

Fortaleza de Santo Antônio

(Ilha de Ratonos Grande)



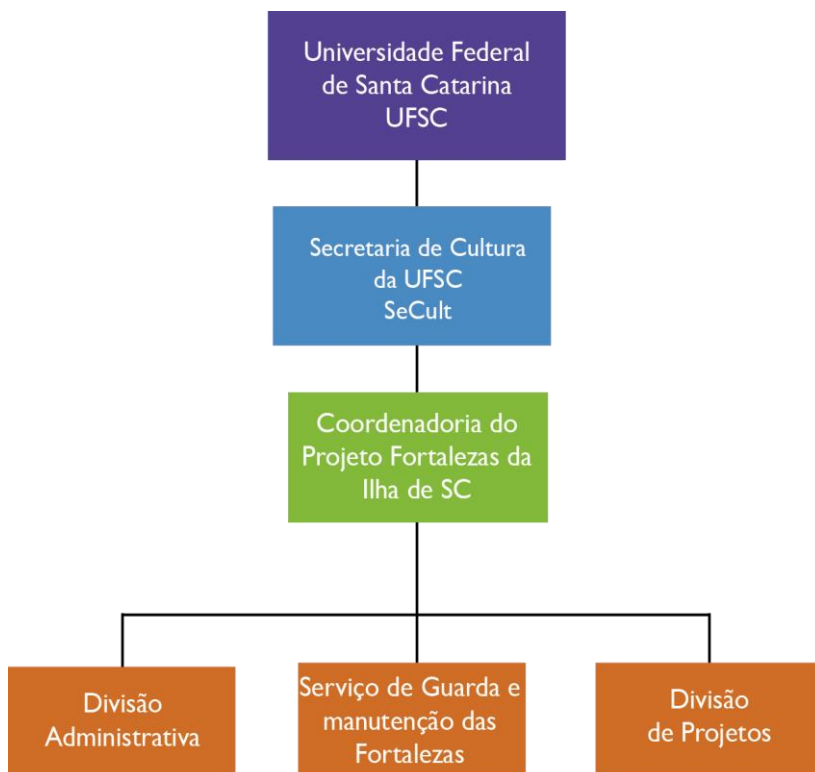
Início da Construção 1740
Tombamento 1938
(Serviço do Patrimônio histórico Nacional - SPHAN)

UFSC assume 1990
(Universidade Federal de Santa Catarina)

Aberto ao Público para
visitação 1992

Fonte: Alves (2010).

ANEXO E - Organograma - Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina



Fonte: Organizado pela Autora.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Instrumento de Coleta de Informações

1. Dados de Identificação
 - a) Cargo:
 - b) Função:
 - c) Unidade de Lotação:
 - d) Quanto tempo exerce a função de gestor na UFSC:
 - e) Ingresso na UFSC:

2. Quanto ao Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina da UFSC:
 - a) Você conhece o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina? Comente.
 - b) Você conhece a finalidade do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina? Comente.
 - c) Como você concebe a vinculação do Projeto Fortalezas as atividades acadêmicas da UFSC? Comente.

3. Quanto a Universidade:
 - a) Como você concebe a instituição universidade? Comente.
 - b) Como você concebe a gestão no que tange a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão? Comente.

4. Quanto a Extensão Universitária:
 - a) Como você concebe a Política Pública de Extensão Universitária? Comente.
 - b) Como você concebe a Política Institucional de Extensão da UFSC? Comente.
 - c) De que forma a Política Institucional de Extensão pode contribuir para a vinculação do Projeto Fortalezas as atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão)? Comente.

5. Finalização:

- a) Algum comentário que você gostaria de acrescentar?

MUITO OBRIGADO.